



**RELATÓRIO
DE ATIVIDADES**
EXERCÍCIO 2015

COMPOSIÇÃO

CONSELHEIROS

Sebastião Helvecio Ramos de Castro – Presidente

Cláudio Couto Terrão – Vice-Presidente

Mauri José Torres Duarte – Corregedor

José Alves Viana – Ouvidor

Wanderley Geraldo de Ávila

Adriene Barbosa de Faria Andrade

Gilberto Pinto Monteiro Diniz

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Licurgo Joseph Mourão de Oliveira

Hamilton Antônio Coelho

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Daniel de Carvalho Guimarães – Procurador-Geral

Elke Andrade Soares de Moura Silva – Subprocuradora-Geral

Maria Cecília Mendes Borges

Glaydson Santo Soprani Massaria

Sara Meinberg Schmith de Andrade Duarte

Marcílio Barenco Corrêa de Mello

Cristina Andrade Melo

CORPO DELIBERATIVO

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO

Sebastião Helvecio Ramos de Castro – Presidente

Cláudio Couto Terrão – Vice-Presidente

Mauri José Torres Duarte – Corregedor

José Alves Viana – Ouvidor

Wanderley Geraldo de Ávila

Adriene Barbosa de Faria Andrade

Gilberto Pinto Monteiro Diniz

As reuniões do Tribunal Pleno ocorrem às quartas-feiras, 14 horas.

COMPOSIÇÃO DA PRIMEIRA CÂMARA

Cláudio Couto Terrão – Presidente

Adriene Barbosa de Faria Andrade

Mauri José Torres Duarte

Licurgo Joseph Mourão de Oliveira

As reuniões da Primeira Câmara ocorrem às terças-feiras, 14 horas e 30 minutos.

COMPOSIÇÃO DA SEGUNDA CÂMARA

Wanderley Geraldo de Ávila – Presidente

José Alves Viana

Gilberto Pinto Monteiro Diniz

Hamilton Antônio Coelho

As reuniões da Segunda Câmara ocorrem às quintas-feiras, 10 horas.

APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, em atendimento ao inciso IX do art. 4º da Resolução nº 12, de 17 de dezembro de 2008, apresenta o Relatório de Atividades desenvolvidas no exercício de 2015, para fins do disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008.

Em fevereiro de 2015, a nova gestão da Casa apontou as diretrizes para o trabalho a ser executado no biênio 2015-2016, sustentadas sobre quatro pilares: (1) fiscalização em tempo real; (2) foco na inteligência; (3) seleção na constituição de processos; e (4) entrega de resultados para a sociedade. Em consonância com a missão institucional deste Tribunal – exercer o controle da gestão pública de forma eficiente, eficaz e efetiva, em benefício da sociedade – e com o terceiro Plano Estratégico, relativo ao período 2015-2019, foram contínuos os avanços no aprimoramento do exercício do controle externo com foco na melhoria de resultados.

Para isso, a atual gestão inaugurou [nova estrutura organizacional](#), formalizada pela [Resolução nº 2/2015](#), e buscou métodos e recursos de trabalhos inéditos ou aprimorados, merecendo maior destaque a instalação, como uma diretoria técnica, do Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão da Informação Estratégica – Suricato, resultado da Política de Fiscalização Integrada ([Resolução nº 10/2011](#) e [Resolução nº 11/2011](#)), fundada no ideal de incremento da fiscalização preventiva, concomitante e proativa pela implantação da gestão do conhecimento e da informação, assegurando o seu aproveitamento de forma sistematizada e intensificando o uso da tecnologia da informação.

O Suricato produz informações estratégicas destinadas a subsidiar a tomada de decisão pelo Tribunal nas ações de controle, auxiliar na elaboração do plano anual de fiscalização e acompanhar o resultado das políticas públicas, além da indicação de *gaps* na capacitação de jurisdicionados, a partir de cruzamentos de dados e informações obtidos da gestão de seus 3.352 jurisdicionados e de órgãos parceiros.

Entre os produtos entregues pelo Suricato – TCEMG, no fomento de políticas públicas, destaca-se a especificação das consultas gerenciais do Banco da NF-e: acompanhamento da compra pública e produção de informação estratégica para o controle externo; especificação de 40 tipos de relatórios, num total de 2.409.009 (dois milhões quatrocentos e nove mil e nove) NF-es em 2015, perfazendo o total de R\$ 2.638.597.058,52 (dois bilhões seiscentos e trinta e oito milhões quinhentos e noventa e sete mil e cinquenta e oito reais) de NF-e em 2015.

Atenta à necessária alocação de investimentos voltados à modernização das tecnologias a serviço do controle externo, a nova gestão instrumentalizou o Suricato com recursos de tecnologia de informação para apoio às ações de controle externo, sob três eixos norteadores: (1) circularização de informação, com fundamento no confronto entre dados informados pelos jurisdicionados e bases e informações que confirmem ou desconstruam o que foi originalmente trazido; (2) construção de malhas eletrônicas de fiscalização; e (3) acompanhamento das políticas públicas.

Este Tribunal, dando continuidade aos investimentos em infraestrutura e sistemas informatizados, adquiriu novas máquinas, aumentou a capacidade da banda de internet e ampliou o Datacenter, que contém todas as informações armazenadas pelo Tribunal, o que proporcionou aumento de 90% da capacidade de processamento de dados, aumento do tempo de resposta de consultas feitas ao TCEMG, incremento de 100% no armazenamento das informações que são gravadas atualmente. O equipamento já armazena, por exemplo, cerca de 22 milhões de notas fiscais que somam aproximadamente R\$ 72 bilhões, cujos dados serão utilizados para acompanhamento do Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas – Suricato, com vantagens tanto para o usuário externo quanto para o interno.

Para garantir a velocidade de processamento de dados exigida pelos processos de trabalho do Suricato, o Tribunal de Contas também investiu no Hexadata, megacomputador que tem a vantagem de ser um equipamento exclusivo para uso como banco de dados Oracle. Sua arquitetura lógica é alinhada com as ações executadas nesse tipo de banco de dados, realizando todas as funções sem concorrência de processamento e preservando o desempenho; além de apresentar consumo de *hardware* adequado, ao mesmo tempo em que realiza um tratamento das informações armazenadas de forma consistente, correta, concreta e com baixo consumo de energia.

No ano de 2015, considerando também o contexto econômico e social do Estado de Minas Gerais, que possui a segunda maior população do Brasil e é a terceira economia do País, este Tribunal agregou ao conjunto de suas atividades processo de apuração de indicadores finalísticos destinados a compor o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), cuja finalidade é mensurar e divulgar a efetividade das políticas públicas em prol da sociedade. Condensando e aferindo os dados das administrações municipais para além da avaliação da conformidade, é possível evidenciar a correspondência entre as ações dos governos municipais e as exigências da sociedade, avaliando os municípios quanto à efetividade da gestão pública.

Os dados apurados no IEGM 2015 são referentes ao exercício de 2014, sendo que o levantamento foi composto de sete dimensões: (1) Educação; (2) Saúde; (3) Planejamento; (4) Gestão Fiscal; (5) Meio Ambiente; (6) Proteção dos Cidadãos; e (7) Governança da Tecnologia da Informação. O resultado do primeiro ano do IEGM/TCEMG foi lançado no Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas em outubro de 2015.

O IEGM propiciará o aperfeiçoamento da ação fiscalizatória ao indicar temas e/ou jurisdicionados que necessitem de maior atenção por parte deste Tribunal, considerando que, após apurados, os dados compõem demonstrativos de eficiência e eficácia que servem como aferição de resultados, correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento tanto para prefeitos e vereadores quanto para os munícipes.

No sentido da orientação técnica, com vistas a obter melhores resultados na gestão do Poder Público e a prevenir erros que podem levar ao desperdício do dinheiro público, este Tribunal realizou a III Conferência de Controle Externo, que abordou temas de interesse dos jurisdicionados, apresentados em oito eixos temáticos: (1) Controle pela Qualidade na Educação; (2) Controle pela Qualidade na Saúde; (3) Controle e a Nova Contabilidade Pública; (4) Gestão de Pessoas e Previdência no Setor Público; (5) Compras Públicas: Planejamento e Eficiência; (6) Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável; (7) Parcerias Público-privadas; e (8) Segurança Pública.

Igualmente, realizou os Encontros Técnicos “TCEMG e os Municípios” em duas rodadas nas 17 regiões de Minas Gerais, no período de junho a outubro.

Também em 2015, o TCEMG foi submetido à avaliação de desempenho em comparação com as boas práticas internacionais, conforme as normas das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Issais), e diretrizes estabelecidas pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), definidas no projeto Marco de Medição do Desempenho, Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas do Brasil – MMD-QATC, cujo objetivo é medir o desempenho dos TCs com foco na qualidade e agilidade para avaliar itens como independência e marco legal, estratégia para o desenvolvimento organizacional, estruturas de gestão e apoio recursos humanos e liderança, agilidade e tempestividade, normas e metodologia de auditoria, resultados (relatórios) de auditoria, comunicação e gestão das partes interessadas.

Em outubro, o TCEMG recebeu a Declaração de Garantia de Qualidade do MMD, cujo documento oferece uma visão geral das áreas mais importantes do desempenho da Casa, indicando a adequação de 532 critérios num universo de 535 critérios avaliados, portanto 99% de adequação de suficiência das evidências e de veracidade dos fatos narrados e registrados.

O instrumento de avaliação tomou como referência dois documentos fundamentais: (1) as resoluções da Atricon, cujas diretrizes para o aprimoramento dos TCs foram publicadas em julho de 2014; e (2) o marco de medição desenvolvido pela Intosai denominado *Supreme Audit Institutions – Performance Measurement Framework – SAI PMF*.

Em 2015 o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais entregou ao BIRD os dois últimos relatórios, aquisições e demonstrações financeiras, referentes ao componente Assistência Técnica do contrato de empréstimo 7547 OC/BR, auditando despesas de US\$ 18.500.000,00 (dezoito milhões e quinhentos mil dólares), apresentando também o monitoramento dos achados de auditoria indicado em relatórios anteriores e avaliando a efetividade dos programas contemplados com todo o empréstimo.

O Coordenador de Operações Setoriais do Departamento de Redução da Pobreza e Gerenciamento Econômico do Banco Mundial – Brasil – Região da América Latina e Caribe, em correspondência via *e-mail*, entre outros pontos, informou o recebimento e aceitação dos relatórios de auditoria do Segundo Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais e, uma vez que o projeto já estava encerrado, agradeceu a dedicação da equipe assim como o minucioso trabalho do Tribunal de Contas de Minas Gerais.

Até 30 de junho de 2015, foram elaborados e entregues pela Coordenadoria de Fiscalização de Projetos Financiados por Instituições de Fomento do TCEMG vinte e três relatórios de auditoria.

Este Tribunal foi eleito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento como entidade competente para realizar trabalhos de auditoria dos Projetos e Programas financiados pelo BID, quando assinaram, em 2012, o Protocolo de Entendimento. Após a capacitação dos servidores do TCEMG, a chancela do BID à atuação do Tribunal para fiscalizar os recursos repassados representa importante economia ao Estado, tendo em vista o elevado valor cobrado pelas empresas de auditoria independente.

Ressalta-se, entre as ações de controle, a conclusão, e deliberação em 30/06/2015, do Relatório Final de Auditoria Operacional Coordenada no tema Saúde, sendo responsáveis pela coordenação e acompanhamento dos trabalhos de Auditoria em nível nacional o Tribunal de Contas da União e o Comitê de Auditoria do Instituto Rui Barbosa.

Em 2015, o TCEMG focou suas atividades no cumprimento dos objetivos e diretrizes estabelecidos no Plano Estratégico, cujo desdobramento foi realizado, por meio de *workshops* e reuniões com todas as unidades da Instituição, quando se definiram iniciativas estratégicas que resultaram em Programas, Projetos e Planos de Ação. As iniciativas contêm, entre outras, ações voltadas para alcançar eficácia e efetividade nas ações de controle externo, contribuir para a transparência e o aprimoramento da gestão pública, bem como para a prevenção e o combate à corrupção, como também fomentar o controle social e a participação da sociedade nas ações de controle externo.

Em suma, cumpre ressaltar que as ações desenvolvidas, em especial o cumprimento das metas fixadas no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG, dentre outras registradas neste relatório, só foram alcançadas devido à participação e contribuição de todos os envolvidos no processo de execução. Isso demonstra o propósito e o empenho deste Tribunal em exercer o controle da gestão pública de forma cada vez mais eficiente, eficaz e efetiva, em benefício da sociedade.

Cumpre destacar também que, em 2015, o Tribunal de Contas completou 80 anos de existência, oito décadas de trabalho de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. E, para preservar a história das instituições de controle, que desempenham importante papel para a consolidação do Estado Democrático de Direito, criou-se o Memorial do TCEMG, ambiente fundamental para compreensão do papel exercido pelo TCEMG.

Sebastião Helvecio Ramos de Castro

Presidente

SUMÁRIO

1 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL.....	15
2 TCEMG EM NÚMEROS.....	16
3 MAPA ESTRATÉGICO.....	17
4 JURISDIÇÃO.....	18
5 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO.....	21
5.1 Autuação.....	21
5.2 Distribuição.....	22
5.3 Superintendência do Controle Externo.....	27
5.3.1 Diretorias Subordinadas à Superintendência do Controle Externo.....	27
5.3.1.1 Diretoria de Controle Externo dos Municípios (DCEM).....	27
5.3.1.2 Diretoria de Controle Externo do Estado (DCEE).....	28
5.3.1.3 Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal (DFAP).....	28
5.3.1.4 Diretoria de Engenharia e Perícia e Matérias Especiais (DEPME).....	29
5.3.1.5 Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão das Informações Estratégicas – Suricato.....	31
5.3.2 Principais Ações Desenvolvidas pela Superintendência do Controle Externo.....	31
5.3.3 Processos Examinados pelas Diretorias de Controle Externo.....	39
5.3.4 Capacitação de Servidores.....	44
5.4 Deliberações.....	48
5.4.1 Tribunal Pleno.....	49
5.4.2 Primeira e Segunda Câmaras.....	50
5.4.3 Decisões Monocráticas.....	52
5.4.4 Deliberação em Parecer Prévio.....	54
5.4.5 Deliberação em Consulta.....	55
5.5 Resoluções, Instruções Normativas e Decisão Normativa.....	60
5.6 Registro de Atos.....	61
5.7 Exame Prévio de Instrumento Convocatório.....	62
5.8 Sanções.....	63
5.9 Recursos Deliberados.....	67
5.10 Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados.....	68
5.11 Certidões.....	69
5.12 Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas.....	70
6 PRINCIPAIS PARCERIAS FIRMADAS.....	71
7 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO.....	74
7.1 Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo”.....	74
7.2 Eventos Internos e Externos.....	74

8	DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	79
8.1	Portal do TCEMG na Internet	79
8.2	Serviços e Sistemas Informatizados.....	80
8.3	Intranet.....	81
8.4	Redes Sociais (Twitter e Facebook).....	82
8.5	Informativo de Jurisprudência.....	83
8.6	Revista do Tribunal de Contas	83
8.7	Biblioteca Aloyzio Alves da Costa	84
8.8	Central de Relacionamento com os Jurisdicionados (CRJ)	84
9	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	86
10	CONTROLE INTERNO	87
10.1	Atividades Desenvolvidas.....	88
10.2	Capacitação de Servidores	91
11	CONTROLE SOCIAL	92
11.1	Ouvidoria.....	92
12	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TCEMG em Números	16
TABELA 2 - Jurisdicionados da Esfera Municipal	19
TABELA 3 - Jurisdicionados da Esfera Estadual.....	20
TABELA 4 - Jurisdicionados do Terceiro Setor	20
TABELA 5 - Processos Autuados.....	21
TABELA 6 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros	23
TABELA 7 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos.....	26
TABELA 8 - Ações de Controle Externo.....	31
TABELA 9 - Processos Examinados pela DCEM.....	40
TABELA 10 - Processos Examinados pela DCEE	41
TABELA 11 - Processos Examinados pela DFAP	42
TABELA 12 - Processos Examinados pela DEPME.....	42
TABELA 13 - Processos Examinados pela Diretoria de Engenharia e Perícia	43
TABELA 14 - Processos Examinados pela Diretoria de Matérias Especiais.....	43
TABELA 15 - Processos Examinados pela Coordenadoria para Otimização da Instrução Processual – Otimizar.....	43
TABELA 16 - Participação em Eventos – DCEM	44
TABELA 17 - Participação em Eventos – DCEE	45
TABELA 18 - Participação em Eventos – DFAP	45
TABELA 19 - Participação em Eventos – DEPME	46
TABELA 20 - Participação em Eventos – SICOM	47
TABELA 21 - Participação em Eventos – Suricato.....	47
TABELA 22 - Processos Deliberados pelo Tribunal Pleno.....	49
TABELA 23 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras	50
TABELA 24 - Processos Deliberados sob a Forma de Decisão Monocrática	53
TABELA 25 - Consultas	56
TABELA 26 - Resoluções.....	60
TABELA 27 - Instruções Normativas.....	60
TABELA 28 - Decisão Normativa	61
TABELA 29 - Valor das Multas Aplicadas por Irregularidade	64
TABELA 30 - Valor dos Ressarcimentos Determinados por Irregularidade	65

TABELA 31 - Multa	66
TABELA 32 - Ressarcimento ao Erário.....	66
TABELA 33 - Certidões Emitidas	69
TABELA 34 - Eventos Internos	74
TABELA 35 - Eventos Externos.....	76
TABELA 36 - Portal	79
TABELA 37 - Serviços e Sistemas Informatizados	80
TABELA 38 - Intranet.....	81
TABELA 39 - Notícias de Maior Repercussão	82
TABELA 40 - Atividades Relacionadas ao Informativo de Jurisprudência	83
TABELA 41 - Atividades Relacionadas à Revista.....	83
TABELA 42 - Atividades Relacionadas à Biblioteca	84
TABELA 43 - atendimentos Realizados pela CRJ - Por Requerente	84
TABELA 44 - atendimentos Realizados pela CRJ - Por Assunto	84
TABELA 45 - Execução Orçamentária.....	86
TABELA 46 - Atividades Desenvolvidas - Controladoria Interna	88
TABELA 47 - Participação em Eventos - Controladoria Interna.....	91
TABELA 48 - Demandas Encaminhadas	95

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Processos Deliberados	48
GRÁFICO 2 - Deliberação em Parecer Prévio	55
GRÁFICO 3 - Registro de Atos	62
GRÁFICO 4 - Valores Notificados e Pagos - Multa e Ressarcimento ao Erário.....	66
GRÁFICO 5 - Recursos Deliberados.....	67
GRÁFICO 6 - Notas Taquigráficas Emitidas, Acórdãos e Ementas Publicados.....	68
GRÁFICO 7 - Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas	70
GRÁFICO 8 - Manifestações Recebidas	93
GRÁFICO 9 - Origem das Demandas	93
GRÁFICO 10 - Assuntos Ouvidoria Interna.....	94
GRÁFICO 11 - Assuntos Ouvidoria Externa.....	94
GRÁFICO 12 - Situação das Demandas.....	95
GRÁFICO 13 - Tempo Total de Resposta (em dias úteis)	96

1 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

A identidade organizacional tem por finalidade traduzir o que se entende como ideal para conferir personalidade à Instituição, representada nos conceitos de missão, visão e valores. Missão define a razão da existência; visão, a situação desejável para o futuro; e valores, a base de tudo o que se acredita como certo e adequado.

Missão

Exercer o controle da gestão pública de forma eficiente, eficaz e efetiva, em benefício da sociedade.

Visão

Ser reconhecido como Instituição relevante para a garantia do direito à gestão pública efetiva e transparente.

Valores

Ética, Cidadania, Transparência, Independência, Profissionalismo, Qualidade, Tempestividade, Sustentabilidade e Inovação.

2 TCEMG EM NÚMEROS

Os principais resultados decorrentes das atividades desenvolvidas no exercício de 2015 pelo Tribunal de Contas estão sintetizados na Tabela 1.

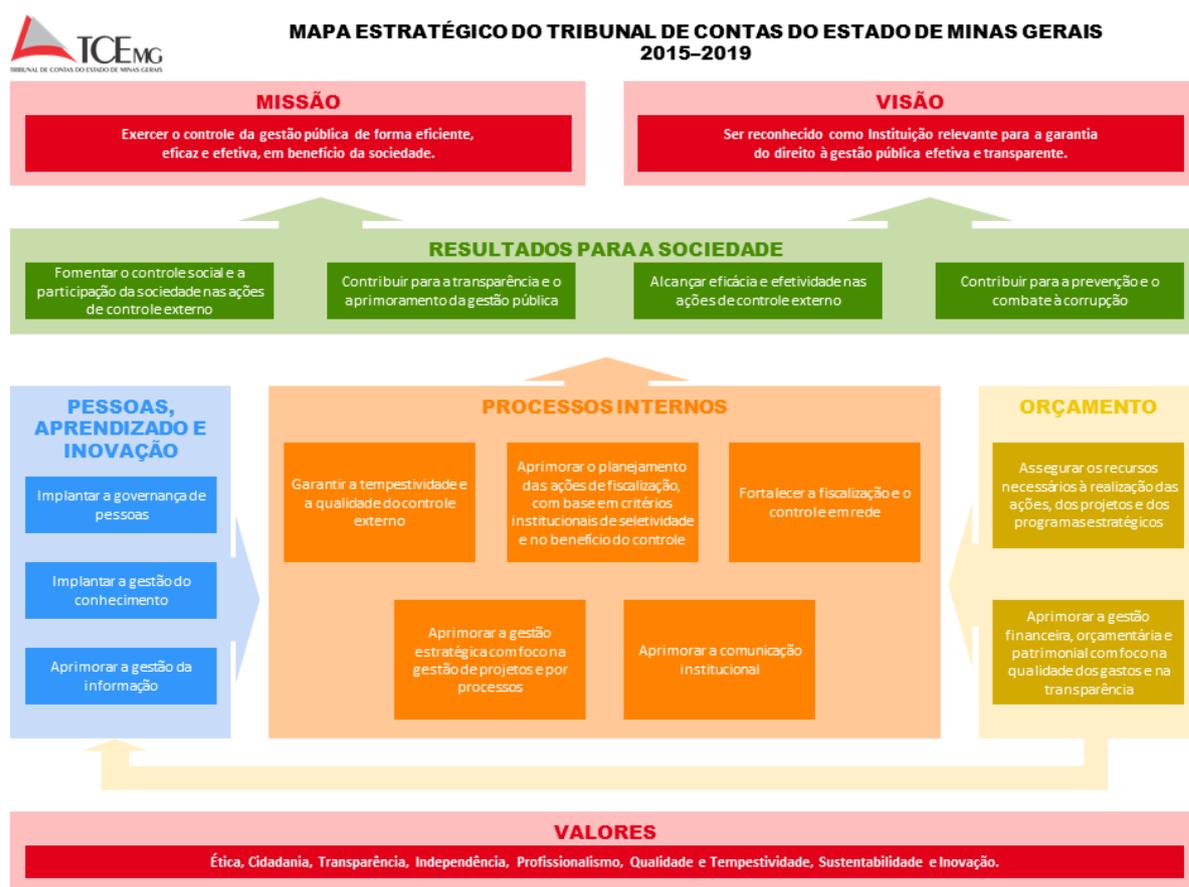
TABELA 1 - TCEMG em Números

Atividade	Quantidade
Processos autuados	24.803
Processos distribuídos aos Relatores - Conselheiros	21.994
Processos redistribuídos aos Relatores - Conselheiros	24.334
Processos distribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos	6.438
Processos redistribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos	413
Processos examinados pelas Unidades Técnicas de Controle Externo	25.873
Citações, intimações e demais comunicações	20.685
Sessões realizadas	112
Processos deliberados	42.676
Multas aplicadas	R\$ 4,9 milhões
Ressarcimentos ao erário determinados	R\$ 18,6 milhões
Intimações encaminhadas aos responsáveis para pagamento de multa e para ressarcimento ao erário	1.148
Certidões de débito encaminhadas ao Ministério Público junto ao TCEMG para as providências cabíveis à execução forçada pela Advocacia Geral do Estado ou Procuradorias Municipais	510
Valores recebidos e comprovados relativos a notificações anteriores - Multa	R\$ 1,5 milhão
Valores recebidos e comprovados relativos a notificações anteriores - Ressarcimento ao erário	R\$ 103,4 mil
Registros de Atos/Títulos - Aposentadorias, Reformas e Pensões	25.123
Pareceres prévios emitidos sobre as contas prestadas pelos Prefeitos	229
Consultas respondidas	21
Editais de Concursos Públicos suspensos	10
Procedimentos licitatórios suspensos	74
Recursos deliberados	504
Notas taquigráficas emitidas	9.011
Acórdãos publicados	18.519

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

3 MAPA ESTRATÉGICO

Mapa estratégico é a representação gráfica da estratégia de uma organização, por intermédio de um conjunto de objetivos balanceados em diversas perspectivas e interligados por relações de causa e efeito, associados a indicadores de resultados. Mostra como as iniciativas estratégicas e os recursos serão convertidos em resultados, proporcionando um referencial comum de fácil compreensão para os colaboradores, que passam a ter a clara percepção de como suas atividades estão ligadas aos objetivos gerais da organização, possibilitando uma atuação coordenada e integrada nos diversos níveis organizacionais.



4 JURISDIÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, órgão constitucional de controle externo da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais, com sede na Capital, presta auxílio ao Poder Legislativo e tem jurisdição própria e privativa sobre as matérias e pessoas sujeitas à sua competência, nos termos da Constituição da República, da Constituição do Estado de Minas Gerais e da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008.

Nos termos do art. 2º do Regimento Interno – Resolução nº 12, de 17 de dezembro de 2008 –, estão sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas:

I - a pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens ou valores públicos estaduais ou municipais ou pelos quais responda o Estado ou o Município;

II - a pessoa física ou jurídica, pública ou privada que assuma, em nome do Estado ou de Município ou de entidade da administração indireta estadual ou municipal, obrigação de natureza pecuniária;

III - aquele que der causa à perda, extravio ou a outra irregularidade de que resultem dano ao erário estadual ou municipal;

IV - aquele que deva prestar contas ao Tribunal ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização por expressa disposição de lei;

V - o responsável pela aplicação de recurso repassado pelo Estado ou por Município, mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere;

VI - o responsável por entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado que receba contribuições parafiscais e preste serviço de interesse público ou social;

VII - o dirigente ou liquidante de empresa encampada ou sob intervenção, ou que, de qualquer modo, venha a integrar, provisória ou permanentemente, o patrimônio do Estado, de Município ou de outra entidade pública estadual ou municipal;

VIII - os sucessores dos administradores e responsáveis a que se refere este artigo, até o limite do valor do patrimônio transferido, nos termos do inciso XLV do art. 5º da Constituição da República.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais possui 3.352 (três mil, trezentos e cinquenta e dois) jurisdicionados, conforme demonstrado nas Tabelas 2, 3 e 4.

TABELA 2 - Jurisdicionados da Esfera Municipal

Órgão/Entidade	Quantidade
Prefeituras	853
Câmaras	853
Autarquias	134
Fundações	83
Consórcios	114
Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de Prefeitura	247
Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de Câmara	4
Sociedades de Economia Mista - Não Dependentes	8
Sociedades de Economia Mista - Dependentes	2
Empresas Públicas - Não Dependentes	14
Empresas Públicas - Dependentes	4
Fundos Públicos Municipais	859
Associação	1
Total	3.176

Fonte: Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas – Suricato.

TABELA 3 - Jurisdicionados da Esfera Estadual

Órgão/Entidade	Quantidade
Secretarias	24
Outros Órgãos vinculados ao Executivo	16
Autorquias	20
Fundações	25
Sociedades de Economia Mista - Não Dependentes	27
Empresas Públicas - Não Dependentes	7
Empresas Públicas - Dependentes	3
Fundos Públicos vinculados ao Executivo	30
Órgão vinculado ao Legislativo	1
Fundo Público vinculado ao Legislativo	1
Outro Órgão vinculado ao Legislativo	1
Órgãos do Judiciário	2
Órgãos Autônomos	2
Fundos Públicos vinculados aos Órgãos Autônomos	2
Outro Órgão Autônomo	1
Total	162

Fonte: Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas – Suricato.

TABELA 4 - Jurisdicionados do Terceiro Setor

Órgão/Entidade	Quantidade
Entidades do Terceiro Setor	14
Total	14

Fonte: Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas – Suricato.

5 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

5.1 Autuação

Nos termos do art. 111 do Regimento Interno, somente serão autuados os documentos, de origem interna ou externa, que exijam tramitação e instrução específica para deliberação do Tribunal, devendo, para tanto, receber numeração e ser classificados segundo as naturezas previstas em ato normativo próprio.

No exercício de 2015, foram autuados 24.803 (vinte e quatro mil, oitocentos e três) processos, como discriminado na Tabela 5.

TABELA 5 - Processos Autuados

(continua)	
Natureza	Quantidade
Acompanhamento	2
Agravo	56
Aposentadoria	18.938
Apostila Retificatória de Proventos/Taxação	1
Assunto Administrativo - Ato Normativo	24
Assunto Administrativo - Câmaras	155
Assunto Administrativo - Pleno	258
Ato Revisional - EC 70/2012	55
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	1
Auditoria/Auditoria - Atos de Pessoal	29
Auditoria Operacional	6
Balanço Geral do Estado	1
Consulta	144
Contrato TCE	65
Convênio TCE	32
Denúncia	404
Edital de Concurso Público	43
Edital de Licitação	36
Embargos Declaratórios	32
Incidente de Inconstitucionalidade	3
Incidente Processual	1
Inspeção Ordinária	3

TABELA 5 - Processos Autuados

Natureza	(conclusão)
	Quantidade
Licitação	1
Licitação TCE	104
Monitoramento / Monitoramento de Auditoria Operacional	2
Pedido de Reexame	78
Pedido de Rescisão	32
Pensão	2.357
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	3
Prestação de Contas de Exercício	41
Prestação de Contas do Executivo Municipal	850
Recurso Administrativo	6
Recurso Ordinário	414
Reforma	313
Representação	183
Tomada de Contas Especial	124
Tomada de Contas Extraordinária	6
Total	24.803

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

5.2 Distribuição

Na distribuição dos processos são observados os princípios da publicidade, da alternatividade e da aleatoriedade.

O parágrafo único do art. 113 do Regimento Interno dispõe que a distribuição deverá ser equânime, de forma a assegurar o equilíbrio quantitativo do volume de processos da mesma classe entre os Relatores e os membros do Ministério Público, observados os critérios estabelecidos em ato normativo próprio.

Foram distribuídos, no exercício de 2015, 28.432 (vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e dois) processos aos relatores, sendo 21.994 (vinte e um mil, novecentos e noventa e quatro) entre os Conselheiros e 6.438 (seis mil, quatrocentos e trinta e oito) entre os Conselheiros Substitutos, conforme demonstrado nas Tabelas 6 e 7.

Também foram redistribuídos aos relatores, no exercício de 2015, 24.747 (vinte e quatro mil, setecentos e quarenta e sete) processos, sendo 24.334 (vinte e quatro mil, trezentos e trinta e quatro) processos entre os Conselheiros e 413 (quatrocentos e treze) entre os Conselheiros Substitutos.

TABELA 6 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros

(continua)

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Acompanhamento	2	1	3
Agravo	44	23	67
Aposentadoria	16.655	10.237	26.892
Apostila	-	3	3
Apostila Retificatória de Proventos	1	-	1
Assunto Administrativo - Ato Normativo	23	13	36
Assunto Administrativo - Câmaras	155	188	343
Assunto Administrativo - Pleno	206	9	215
Ato Retificador de Aposentadoria	-	2	2
Ato Retificatório	-	1	1
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	1	205	206
Auditoria/Auditoria - Atos de Pessoal	32	39	71
Auditoria Operacional	4	3	7
Balancete Mensal	283	64	347
Balanço Geral do Estado	1	2	3
Complemento de Benefícios de Pensão	-	34	34
Complemento de Proventos de Aposentadoria	-	426	426
Consulta	134	59	193
Contrato	-	37	37
Contrato TCE	29	-	29
Convênio	-	121	121
Convênio TCE	19	-	19
Denúncia	302	823	1.125
Dispensa de Licitação	-	2	2
Edital de Concurso Público	32	63	95
Edital de Licitação	33	49	82
Embargos Declaratórios	24	33	57
Embargos Infringentes	-	3	3
Incidente de Inconstitucionalidade	3	3	6
Incidente de Uniformização de Jurisprudência	-	2	2
Incidente Processual	1	-	1
Inexigibilidade de Licitação	-	1	1

TABELA 6 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros

(continua)

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Inspeção Extraordinária	-	23	23
Inspeção Extraordinária - Atos de Admissão	-	2	2
Inspeção Extraordinária - Licitação	-	5	5
Inspeção Ordinária	3	246	249
Inspeção Ordinária - Atos de Admissão	-	14	14
Inspeção Ordinária - Licitação	-	26	26
Inspeção Ordinária - Parecer Coletivo	-	5	5
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	-	85	85
Licitação	1	36	37
Licitação TCE	77	-	77
Monitoramento / Monitoramento de Auditoria Operacional	2	3	5
Pedido de Auditoria	-	4	4
Pedido de Reexame	55	374	429
Pedido de Rescisão	32	17	49
Pensão	2.252	3.309	5.561
Prestação de Contas	-	1	1
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	-	75	75
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Empresa Pública	-	6	6
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	-	25	25
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	3	214	217
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Sociedade de Economia Mista	-	31	31
Prestação de Contas de Adiantamento	-	4	4
Prestação de Contas de Auxílio e Subvenção	-	22	22
Prestação de Contas de Contrato	-	3	3
Prestação de Contas de Convênio	-	104	104
Prestação de Contas de Diária de Viagem	-	1	1
Prestação de Contas de Exercício	33	217	250
Prestação de Contas de Ordenadores	-	4	4
Prestação de Contas de Termo Aditivo	-	2	2
Prestação de Contas de Termo Aditivo a Convênio	-	7	7

TABELA 6 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros

(conclusão)

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Prestação de Contas do Executivo Municipal	656	654	1.310
Prestação de Contas do Legislativo Municipal	-	248	248
Prestação de Contas Municipal	8	2.594	2.602
Processo Administrativo	-	1.529	1.529
Recurso Administrativo	6	9	15
Recurso de Reconsideração	-	16	16
Recurso de Rescisão	-	2	2
Recurso de Revisão	-	109	109
Recurso Inominado	-	1	1
Recurso Ordinário	413	346	759
Reforma	242	382	624
Relatório de Auditoria	-	2	2
Relatório de Avaliação Atuarial	-	1	1
Relatório de Inspeção	-	59	59
Relatório de Inspeção - Licitação	-	4	4
Relatório de Inspeção Extraordinária	-	1	1
Representação	127	349	476
Restituição de Caução	-	1	1
Reversão de Aposentadoria	-	1	1
Termo Aditivo a Contrato	-	61	61
Termo Aditivo a Convênio	-	43	43
Termo de Acordo	-	1	1
Termo de Ajustamento de Gestão	-	1	1
Termo de Cessão	-	1	1
Termo de Cooperação	-	1	1
Termo de Doação	-	1	1
Termo de Rescisão de Contrato	-	1	1
Tomada de Contas	-	50	50
Tomada de Contas Especial	94	537	631
Tomada de Contas Extraordinária	6	18	24
Total	21.994	24.334	46.328

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

TABELA 7 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Agravo	10	2	12
Aposentadoria	5.073	1	5.074
Ato Revisional - EC 70/2012	1	-	1
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	-	3	3
Auditoria/Auditoria - Atos de Pessoal	7	-	7
Auditoria Operacional	2	-	2
Balancete Mensal	94	13	107
Balanço Geral	-	1	1
Convênio	-	7	7
Denúncia	102	56	158
Edital de Concurso Público	11	6	17
Edital de Licitação	2	4	6
Embargos Declaratórios	7	2	9
Inspeção Extraordinária	-	1	1
Inspeção Ordinária	-	5	5
Inspeção Ordinária - Atos de Admissão	-	1	1
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	-	6	6
Licitação	-	1	1
Pedido de Reexame	23	165	188
Pensão	745	4	749
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Empresa Pública	-	1	1
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	-	1	1
Prestação de Contas de Convênio	-	6	6
Prestação de Contas de Exercício	8	-	8
Prestação de Contas do Executivo Municipal	194	21	215
Prestação de Contas Municipal	2	17	19
Processo Administrativo	-	27	27
Recurso Ordinário	-	1	1
Reforma	71	-	71
Relatório de Inspeção	-	2	2
Representação	56	44	100
Termo Aditivo a Convênio	-	3	3
Tomada de Contas	-	1	1
Tomada de Contas Especial	30	11	41
Total	6.438	413	6.851

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

5.3 Superintendência do Controle Externo

A Superintendência do Controle Externo tem por finalidade coordenar os projetos, supervisionar as atividades inerentes às ações de controle externo e orientar o desdobramento de diretrizes, bem como acompanhar os resultados obtidos e avaliar os impactos ocorridos, no âmbito das unidades técnicas, observados os planos institucionais do Tribunal.

São subordinadas à Superintendência do Controle Externo:

- Diretoria de Controle Externo dos Municípios;
- Diretoria de Controle Externo do Estado;
- Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal;
- Diretoria de Engenharia e Perícia e Matérias Especiais;
- Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas – Suricato;
- Assessoria de Métodos Aplicados e Suporte à Fiscalização;
- Assessoria Contábil;
- Assessoria para Desenvolvimento do SICOM;
- Coordenadoria para Otimização da Instrução Processual – OTIMIZAR.

5.3.1 Diretorias Subordinadas à Superintendência do Controle Externo

5.3.1.1 Diretoria de Controle Externo dos Municípios (DCEM)

A Diretoria de Controle Externo dos Municípios tem por finalidade planejar, dirigir e orientar as ações de controle externo, bem como fiscalizar os atos de gestão no âmbito municipal, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Superintendência de Controle Externo, visando subsidiar as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Fiscalização e Avaliação da Macrogestão Governamental de Belo Horizonte, que tem por finalidade exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração municipal;
- 1ª a 4ª Coordenadorias de Fiscalização dos Municípios, que têm por finalidade exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração municipal.

5.3.1.2 Diretoria de Controle Externo do Estado (DCEE)

A Diretoria de Controle Externo do Estado tem por finalidade planejar, dirigir e orientar as ações de controle externo, bem como fiscalizar os atos de gestão no âmbito estadual, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Superintendência de Controle Externo, visando subsidiar as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Fiscalização e Avaliação da Macrogestão Governamental do Estado, que tem por finalidade exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado;
- 1ª a 4ª Coordenadorias de Fiscalização do Estado, que têm por finalidade exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração estadual.

5.3.1.3 Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal (DFAP)

A Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal tem por finalidade planejar, dirigir e orientar as ações de controle externo sobre os atos de gestão de pessoal do Estado e dos Municípios, incluídos os editais de concursos públicos e de outros procedimentos de seleção de pessoal, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Superintendência de Controle Externo, visando subsidiar as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Fiscalização de Benefícios Previdenciários do Município, que tem por finalidade fiscalizar os atos de concessão de aposentadoria ou pensão, bem como os atos de complementação ou de cancelamento, no âmbito da Administração municipal;
- Coordenadoria de Fiscalização de Benefícios Previdenciários do Estado, que tem por finalidade fiscalizar os atos de concessão de aposentadoria ou pensão, bem como os atos de complementação ou de cancelamento, no âmbito da Administração estadual;
- Coordenadoria de Fiscalização de Editais de Concursos Públicos, que tem por finalidade realizar o exame prévio da legalidade dos editais de concurso públicos e de outros procedimentos de seleção de pessoal;
- Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Admissão, que tem por finalidade apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal a qualquer título na Administração Direta e Indireta do Estado e dos Municípios, incluídas as fundações instituídas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

Além dessas Coordenadorias, a Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal possui em sua estrutura o Grupo de Trabalho para Apoio à Fiscalização de Atos de Pessoal – FISCAP.

5.3.1.4 Diretoria de Engenharia e Perícia e Matérias Especiais (DEPME)

A Diretoria de Engenharia e Perícia e Matérias Especiais tem por finalidade planejar, dirigir e orientar as ações de controle externo, bem como fiscalizar os atos de gestão, relativos às atividades de engenharia e perícia e matérias especiais discriminadas, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Superintendência de Controle Externo, visando subsidiar as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Fiscalização de Editais de Licitação, que tem por finalidade realizar o exame prévio da legalidade dos instrumentos convocatórios de licitação requisitados pelo Tribunal ou recebidos por denúncia e representação;
- Coordenadoria de Fiscalização de Projetos Financiados por Instituições de Fomento, que tem por finalidade fiscalizar recursos oriundos de operações de crédito ou de doações, ajustadas ou recebidas, junto a instituições de fomento, no âmbito da Administração estadual e municipal;
- Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia e Perícia, que tem por finalidade fiscalizar a regularidade dos atos relativos ao planejamento, à contratação, à execução, ao controle ou ao registro das obras ou serviços de engenharia, no âmbito da Administração estadual e municipal;
- Coordenadoria de Fiscalização de Concessões e Parcerias Público-Privadas, que tem por finalidade fiscalizar as concessões e as parcerias público-privadas firmadas no âmbito da Administração estadual e municipal;
- Coordenadoria de Auditoria Operacional, que tem por finalidade planejar, coordenar e executar auditorias operacionais e respectivos monitoramentos em programas, projetos e atividades governamentais dos órgãos ou entidades da Administração estadual e municipal, e aqueles realizados pela iniciativa privada sob delegação, contrato de gestão ou congêneres, especialmente quanto aos aspectos da economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade, com a finalidade de obter resultados aplicáveis ao aperfeiçoamento do objeto auditado e de otimizar o emprego dos recursos públicos, sem prejuízo do exame da legalidade dos atos do gestor responsável.

5.3.1.5 Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão das Informações Estratégicas – Suricato

O Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão das Informações Estratégicas tem por finalidade planejar, organizar, dirigir e coordenar as atividades e os projetos inerentes às ações integradas de controle externo, produzindo informações estratégicas destinadas a subsidiar a tomada de decisão pelo Tribunal na área de controle.

Possui em sua estrutura:

- Assessoria de Fiscalização Integrada dos Municípios
- Assessoria de Fiscalização Integrada do Estado
- Assessoria de Fiscalização Integrada da Engenharia e Perícia e Matérias Especiais
- Assessoria de Fiscalização Integrada de Atos de Pessoal

Compete a essas unidades prestar assessoramento à Diretoria do Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão das Informações Estratégicas – Suricato – e à Superintendência de Controle Externo em matérias inerentes à ação fiscalizatória, atuando na proposição de medidas que visem intensificá-la e qualificá-la. Compete-lhes também promover a integração entre si acerca de informações e conhecimentos produzidos no âmbito da atividade de cada Diretoria Técnica.

5.3.2 Principais Ações Desenvolvidas pela Superintendência do Controle Externo

Entre as ações de controle externo realizadas no exercício de 2015, destacam-se:

TABELA 8 - Ações de Controle Externo

(continua)

Ações
Processos examinados pelas Unidades Técnicas de Controle Externo
Total de processos examinados: 25.873, sendo 1.240 da Diretoria de Controle Externo do Estado, 2.408 da Diretoria de Engenharia e Perícia e Matérias Especiais, 3.898 da Diretoria de Controle Externo dos Municípios e 18.327 da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal.

TABELA 8 - Ações de Controle Externo

(continua)

Ações
Ações relacionadas à fiscalização de projetos e/ou programas estaduais financiados com recursos oriundos de operações de crédito pactuadas com organismos internacionais
Realização de auditoria relativa aos desembolsos efetuados no exercício de 2014, do componente de Assistência Técnica do Contrato de Empréstimo nº 7547-BR, celebrado entre o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD – e o Estado de Minas Gerais. Elaboração de dois relatórios: Relatório das Demonstrações Financeiras e Avaliação de Controle Interno e Relatório de Avaliação das Aquisições. Esses relatórios tratam, também, do monitoramento dos achados de auditorias anteriores e do fechamento financeiro de todo o Contrato de Empréstimo;
Desenvolvimento de estudo e início de planejamento de auditoria para o Termo de Doação Cooperação Técnica não Reembolsável nº ATN/OC 13092-BR, celebrado entre o Governo de Minas Gerais, por meio da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – ARMBH, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;
Realização de consultas ao Business Office – BO – e demais sistemas informatizados como SIAFI e SIADI, para a análise das despesas relacionadas ao Termo de Doação nº ATN/OC 13092-BR, celebrado entre o Estado de Minas Gerais e o BID, referente ao Programa para Elaboração do Plano Metropolitano de Gestão Integral de Resíduos Sólidos Urbanos para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.
Ações relacionadas à fiscalização e avaliação da Macrogestão Governamental do Estado
Finalização dos trabalhos de acompanhamento, avaliação e monitoramento da execução orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e de gestão fiscal dos órgãos e poderes do Estado, referentes ao exercício de 2014 , visando à análise da gestão do Governo;
Elaboração do relatório sobre o acompanhamento e avaliação da macrogestão do governo estadual e sobre o Balanço Geral do Estado referente ao exercício de 2014 – cuja prestação de contas foi recebida no Tribunal de Contas em 1º de abril de 2015 e autuada sob o nº 951.454 – que subsidiou a emissão do Parecer Prévio por parte desta Corte de Contas, em conformidade com o art. 40 da Lei Complementar nº 102, de 17/01/2008, c/c o art. 232, parágrafo único, da Resolução nº 12/2008, de 17/12/2008 – Regimento Interno (RITCMG);
Análise e elaboração do relatório técnico sobre os esclarecimentos e as justificativas apresentados pelo Governador do Estado em resposta à abertura de vista ao Processo nº 951.454 – Prestação das Contas Governamentais de 2014 – utilizado para subsidiar a emissão do Parecer Prévio por parte desta Corte de Contas, em complemento ao relatório da análise inicial;
Acompanhamento, avaliação e monitoramento da execução orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e de gestão fiscal dos órgãos e poderes do Estado, referentes ao exercício de 2015 , visando à análise da gestão do Governo;
Consolidação das informações sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e de gestão fiscal, referentes aos dois quadrimestres de 2015;
Desenvolvimento das análises e elaboração do Relatório Técnico Parcial sobre as Contas Governamentais do Estado, disponibilizado ao Conselheiro Relator;
Análise dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, suas memórias de cálculo e a metodologia dos valores, referente a 2014, para fins de acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial e da gestão fiscal do Estado, visando à aferição do cumprimento, pela Administração Pública, dos limites impostos na Lei de Responsabilidade Fiscal;
Análise do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, suas memórias de cálculo e a metodologia dos valores referentes aos dois primeiros quadrimestres e ao quinto bimestre de 2015, para fins de acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Estado e de aferição do cumprimento, pela Administração Pública, dos limites e das vedações impostos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

TABELA 8 - Ações de Controle Externo

(continua)

Ações
Outras ações de fiscalização realizadas no âmbito do Estado
Estabelecimento de diretrizes para cumprimento do Plano de Auditoria definido para o exercício de 2015;
Elaboração do Relatório de Auditoria de revisão das demonstrações contábeis da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (exercício de 2013);
Fiscalização da aquisição de medicamentos pela Secretaria de Estado da Saúde;
Análise, por meio do SAFE, do contrato nº 402409/2013, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, e a Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Fundação Renato Azeredo (período abrangido pela fiscalização 2012 a 2014);
Realização de auditoria financeira na Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG (exercício 2014), aplicando as normas e procedimentos instituídos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC – e pelo Manual do AUDITAR;
Realização de visita técnica ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG, objetivando tomar conhecimento da gestão dos depósitos judiciais vinculados ao TJMG, nos termos da Lei Estadual nº 21.720, de 14/07/2015;
Emissão de certidões para instrução de contratação e execução, pelo Estado, de operações de crédito;
Entrega do Relatório Técnico Parcial do 2º Quadrimestre de 2015 sobre as Redes de Desenvolvimento Integrado.
Ações relacionadas com a realização de Auditorias Operacionais
Elaboração dos Relatórios Preliminar e Final da Auditoria Operacional realizada no Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA), que teve por objetivo avaliar o desempenho de atividades relativas ao setor de mineração, com ênfase na extração de minério de ferro;
Elaboração dos Relatórios Preliminar e Final de Auditoria Operacional realizada no município minerador de Itabira, tendo por objetivo avaliar o desempenho das políticas públicas municipais na mitigação dos impactos negativos da mineração, em especial os ambientais e os de concentração (não diversificação) das atividades econômicas;
Elaboração dos Relatórios Preliminar e Final de Auditoria Operacional coordenada no tema saúde, em cumprimento ao cronograma definido pelo Tribunal de Contas da União e pelo Comitê de Auditoria do Instituto Rui Barbosa, responsáveis pela coordenação e acompanhamento dos trabalhos em nível nacional;
Análise técnica do primeiro Relatório de Monitoramento da Auditoria Operacional realizada no programa Saneamento Básico: mais saúde para todos (COPASA/SEDRU);
Realização dos estudos iniciais, pesquisas e conclusão das fases de planejamento e de elaboração da matriz de achados da Auditoria Operacional realizada no Programa Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD);
Realização de estudos iniciais, pesquisas e elaboração da matriz de planejamento da auditoria na Gestão dos Recursos Hídricos do estado de Minas Gerais (SEMAD);
Elaboração dos estudos iniciais, pesquisas e análise do plano de ação, referentes à auditoria nas Unidades de Conservação de Proteção Integral (SEMAD);
Elaboração do Relatório Preliminar da auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA;

TABELA 8 - Ações de Controle Externo

(continua)

Ações
Elaboração do Relatório Preliminar e análise das considerações apresentadas pelo gestor relativas à Auditoria Operacional realizada no município minerador de Mariana, que teve por objetivo avaliar o desempenho das políticas públicas municipais na mitigação dos impactos negativos da mineração, em especial os ambientais e os de concentração (não diversificação) das atividades econômicas;
Elaboração do Relatório Preliminar de Auditoria Operacional realizada no município minerador de Conceição do Mato Dentro;
Análise técnica do primeiro relatório de monitoramento da auditoria operacional no programa Farmácia de Minas;
Divulgação dos trabalhos atinentes às auditorias operacionais realizadas, notadamente nos temas saúde, educação e resíduos sólidos urbanos, por ocasião da III Conferência de Controle Externo do Tribunal de Contas;
Análise do Primeiro Relatório de Monitoramento do Programa Travessia e encaminhado ao Relator para verificação sobre continuidade do programa;
Elaboração do relatório preliminar de auditoria operacional realizada no município de São Gonçalo do Rio Abaixo.
Ações relacionadas a Concessões e Parcerias Público-Privadas
Acompanhamento da Concessão Patrocinada do Metrô RMBH referente à licitação para concessão patrocinada promovida pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais – SETOP, consoante a Lei Federal nº 11.079/04, para exploração dos serviços de transportes de passageiros do METRÔ BH, conforme as características e especificações técnicas referentes à exploração dos serviços de transportes de passageiros do METRO BH. O valor estimado da licitação é de R\$ 15.524.247.808,90 (quinze bilhões, quinhentos e vinte e quatro milhões, duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e oito reais e noventa centavos), a preços referentes ao mês de dezembro/2012. Relatório finalizado.
Ações relacionadas à fiscalização dos municípios
Atividades realizadas pela Diretoria de Controle Externo dos Municípios :
<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão dos relatórios das auditorias realizadas em 2014, nos municípios de Itabirito, Montes Claros, Comercinho e Mato Verde; • Planejamento das auditorias realizadas em 2015; • Acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial e da gestão fiscal dos Municípios visando à aferição do cumprimento, pela Administração Pública, dos limites impostos na Lei de Responsabilidade Fiscal; • Realização de inspeções de acordo com o Plano Anual de Fiscalização nos seguintes órgãos: Prefeituras Municipais de Caratinga, Cataguases, Contagem, Dolores do Indaiá, Ibiá, Ibitiré, Januária, João Pinheiro, Manhuaçu, Monte Carmelo, Piumhi, Porteirinha, Uberaba e Três Corações; Câmaras Municipais de João Pinheiro e Paracatu; Institutos de Previdência Municipal de Oliveira e dos Servidores do Município de São Francisco;
Atividades realizadas pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal :
<ul style="list-style-type: none"> • Inspeções realizadas no Município de Guimarães e João Pinheiro; • Auditoria realizada no Município de Ipatinga;
Atividades realizadas pela Diretoria de Engenharia Perícia e de Materiais Especiais :
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração da matriz de achados e do relatório das auditorias realizadas nas Prefeituras Municipais de Viçosa e Bandeira do Sul; • Elaboração da matriz de achados e do relatório das auditorias realizadas <i>in loco</i> nos seguintes municípios: Araxá, Bocaiúva, Bueno Brandão, Buenópolis, Caldas, Coqueiral, Cordisburgo, Itaguara, Piumhi, Sete Lagoas e Uberlândia;

TABELA 8 - Ações de Controle Externo

(continua)

Ações
<ul style="list-style-type: none"> • Realização de auditorias de mineração nas Prefeituras Municipais de Barão de Cocais, Itabirito e Nova Lima; • Realização de auditorias de resíduos sólidos nas Prefeituras Municipais de Andradas, Barbacena, Carmo do Rio Claro, Conceição do Mato Dentro, Divinópolis, Guiricema, Ibertioga, Itabira, Itabirito, Itajubá, Itaúna, Mariana, Ouro Preto, Paracatu, Perdígão, Poté, Santa Maria de Itabira, Teófilo Otoni, Ubá, Unaí e Varginha e na COPASA de Varginha; • Realização de auditorias de conformidade em obras públicas nas Prefeituras Municipais de Alfenas, Além Paraíba, Arcos, Campo Belo, Itabira, Itajubá, Patos de Minas, Sete Lagoas, Três Marias e na COPASA de Brumadinho.
Ações relacionadas à fiscalização de atos de pessoal
Estabelecimento de diretrizes, para o cumprimento do Plano de Auditoria definido para o exercício de 2015;
Realização de atendimentos aos jurisdicionados, por meio de respostas às Ocorrências do CRJ e mediante atendimento presencial, a fim de esclarecer dúvidas;
Estudo das decisões em processos relativos a editais de seleção de pessoal de órgãos/entidades municipais, com vistas a conferir maior objetividade ao exame técnico;
Realização de levantamento de aposentadorias já encaminhadas pelo RPPS – IPREMSAF/Prefeitura Municipal de São Francisco para subsidiar inspeção <i>in loco</i> da Diretoria de Municípios e acompanhamento de demandas encaminhadas pelas Coordenadorias de Fiscalização de Atos de Pessoal Estadual e Municipal à DTI, quanto às críticas efetuadas;
Reciclagem dos servidores da CFCEP com revisão da análise efetuada nos editais, e apresentação de novos entendimentos da Casa e pareceres divergentes do Ministério Público de Contas.
Sistema Informatizado de Fiscalização de Atos de Pessoal – FISCAP
Gerenciamento do Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal – FISCAP, bem como a definição de prioridade das demandas geradas em função de manutenção preventiva e/ou evolutiva do sistema;
Verificação, por amostragem, dos relatórios dos processos eletrônicos regulares autuados em março de 2015, objetivando o controle da qualidade e eficiência do FISCAP;
Treinamento de servidores da Polícia Militar de Minas Gerais e do Instituto de Previdência de Três Corações para utilização do FISCAP;
Orientação aos jurisdicionados no que se refere à instrução processual, com vistas a minimizar os retornos de diligência;
Revisão e aprimoramento das críticas utilizadas pelo Sistema FISCAP para a análise das informações prestadas, bem como das telas disponibilizadas aos jurisdicionados: <ul style="list-style-type: none"> • Revisões do documento de críticas, realização de testes e implementação das naturezas de benefício “Complementação de Proventos de Aposentadoria” e “Complementação de Benefício de Pensão”; • Desenvolvimento das críticas e realização de testes para implantação das telas para aposentadoria de Serventuários de Cartórios; • Encaminhamento de propostas para melhorias nas telas referentes à natureza de benefício “Reforma”; • Revisão do Módulo Edital/Cadastro de Edital, do Módulo Consulta e de relatórios do FISCAP; • Revisão das críticas e das telas do FISCAP Módulo Edital; • Revisão e aprimoramento do questionário do FISCAP Módulo Edital; • Disponibilização de nova versão do Módulo Edital/Cadastro de Edital, com as críticas corrigidas e ampliadas, sendo também corrigida a forma de apresentação da distribuição de vagas por especialidade prevista ou não em lei;

TABELA 8 - Ações de Controle Externo

(continua)

Ações
<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamento de solicitação de alterações no Módulo Edital/Cadastro de Edital; • Realização de verificação, por amostragem, dos relatórios dos processos eletrônicos regulares e regulares decadentes, objetivando o controle da qualidade e eficiência do sistema; • Encaminhamento da revisão final do Manual do Módulo Concessão, para aprovação e disponibilização no portal FISCAP; • Realização de reuniões com a DTI para levantamento/acompanhamento, em conjunto, de todas as demandas ainda pendentes, bem como para auxiliar na especificação dos relatórios gerenciais; • Realização de reuniões semanais com o Escritório de Gestão por Processos (QUALI), objetivando retomar cada crítica do FISCAP para conhecer como o processo é feito nas coordenadorias técnicas e propor melhoria – Projeto de Redesenho dos Atos de Concessão de Benefícios Previdenciários – Aposentadoria, Reforma e Pensão; • Atualização das Perguntas e Respostas do Portal FISCAP; • Avaliação do sistema para ações de melhoria; • Revisão, criação e aprimoramento das críticas utilizadas; • Realização de reuniões acerca das críticas não efetivadas; • Revisão do Módulo Consulta e de relatórios do FISCAP; • Revisão, criação e atualização de telas; • Realização de testes para implantação de melhorias diversas, tanto em relação às críticas quanto às telas e relatórios.
Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM
Elaboração do Manual de Análise PCA – Prestação de Contas Anual (Passo a Passo e Regras de Padronização) do SICOM;
Especificação/revisão dos relatórios do Pré-PCA;
Especificação e teste do PCA Análise;
Apresentação do Manual “Passo a Passo da Prestação de Contas Anual - Análise” e dos “critérios de substituição das remessas mensais no SICOM”;
Elaboração do Projeto Módulo Balancete Contábil;
Especificação dos casos de uso e testes dos relatórios de consulta dos balancetes contábeis;
Elaboração de proposta de alteração da Instrução Normativa nº 10/2011 para inclusão do Módulo Balancete;
Elaboração do Projeto Módulo LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal – no SICOM;
Elaboração de minuta de Instrução Normativa para Regulamentação da Implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – no SICOM;
Especificação dos casos de uso dos relatórios de consulta do SICOM LRF;
Realização de testes da Prestação de Contas Anual – PCA, dos novos filtros implementados e das alterações de requisitos ocorridos;
Realização de teste do Sistema de Análise Prestação de Contas Anual – PCA (exercício de 2014);
Análise da Relação de Alertas da “Qualidade de Dados” (exercício de 2014);
Elaboração do Passo a Passo para substituição da PCA/2014;
Finalização do sistema para substituição da PCA/2014;
Apresentação dos critérios de análise utilizados pelo órgão técnico nas Prestações de Contas Anuais dos chefes dos executivos municipais (exercício de 2014);

TABELA 8 - Ações de Controle Externo

(continua)

Ações
Envio de notificações aos jurisdicionados relativas à Alertas de 2015, identificados na “Qualidade de Dados”;
Revisão e homologação do Caso de Uso UC 41 – Pagamento Base de Cálculo;
Revisão e homologação de alteração nos Casos de Uso UC 17 – Validar Detalhamento de Receitas do Mês por Fonte de Recurso, UC 03 – Validar Arquivo de Despesas dos Instrumentos de Planejamento e UC 11 – Validar Arquivo de Receitas;
Atualização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público definido por este Tribunal (PCASP TCEMG) para o exercício de 2016, conforme alterações publicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional em 05/08/2015;
Definição dos leiautes e das regras de envio dos arquivos do SICOM para o exercício de 2016, referente aos módulos: Instrumentos de Planejamento, Inclusão de Programas, Acompanhamento Mensal e Balancete Contábil;
Elaboração de leiaute do módulo Acompanhamento Mensal – Versão 5.2 – 2016;
Elaboração do Cronograma “Agenda do Gestor SIACE/LRF – SICOM 2016”;
Conferência da especificação dos casos de uso dos relatórios da Matriz de Qualidade do SICOM;
Envio de diligências às Coordenadorias de Fiscalização Municipal para atuarem as Prefeituras inadimplentes;
Elaboração de Comunicados para os jurisdicionados;
Elaboração de respostas a processos de consultas direcionados pelos relatores ao SICOM;
Atendimentos aos jurisdicionados pelo telefone, pessoalmente e através do CRJ para esclarecimentos de dúvidas, leiaute SICOM, etc.
Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas – SURICATO
Elaboração, definição dos Sistemas de Informação Transacionais;
Apresentação do trabalho referente aos Sistemas de Informação Transacionais do TCEMG;
Elaboração de projeto de fiscalização (sigiloso);
Levantamento de informações sobre obras decorrentes de contratos de Parcerias Público-Privadas, obtidas através de publicações oficiais, mídia impressa e eletrônica, bem como as irregularidades constatadas por outros órgãos de fiscalização ou controle, os procedimentos adotados por outros órgãos ou entidades externas para melhoria na apuração de ilícitos administrativos, a legislação atualizada e a Jurisprudência;
Encaminhamento à Coordenadoria de Fiscalização de Concessões e Parcerias Público-Privadas (CFCPPP), da Diretoria de Engenharia e Perícia e Matérias Especiais (DEPME), nos termos da Resolução nº 11/2011, art. 3º, inciso III, de quadros contendo informações sobre obras decorrentes de contratos de Parcerias Público-Privadas, obtidas através de publicações oficiais, mídia impressa e eletrônica, bem como as irregularidades constatadas por outros órgãos de fiscalização ou controle, os procedimentos adotados por outros órgãos ou entidades externas para melhoria na apuração de ilícitos administrativos, a legislação atualizada e a jurisprudência;
Levantamento de informações obtidas através de publicações oficiais, mídia impressa e eletrônica, sobre a execução de obras públicas e sobre o custo médio de construção de acordo com informações contidas no site do IBGE;
Encaminhamento à Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia e Perícia – CFOSEP, da Diretoria de Engenharia e Perícia e Matérias Especiais – DEPME, nos termos da Resolução nº 11/2011, art. 3º, inciso III, de quadros contendo informações, obtidas através de publicações oficiais, mídia impressa e eletrônica, sobre a execução de obras públicas e o custo médio de construção, de acordo com informações contidas no site do IBGE;

TABELA 8 - Ações de Controle Externo

(continua)

Ações
Realização de análises técnicas em processos ou documentos encaminhados por Conselheiros, membros do MPC e Órgão Técnico;
Execução da Malha de Compras Públicas – Medicamentos – 2013/2014;
Estudos das compras públicas governamentais no SICOM E BI – Nota Fiscal Eletrônica;
Estudos iniciais e reuniões preparatórias e especificação do BI – RAIS;
Estudos iniciais e execução do Projeto denominado “Assessorias e Consultorias Contábeis e de Sistemas Informatizados para Jurisdicionados Municipais”;
Levantamento dos sistemas de informação do Controle Externo para diagnóstico da situação, com reuniões periódicas envolvendo as áreas responsáveis;
Especificação dos Indicadores de Efetividade da Gestão Municipal IEGM: i-planejamento, i-fiscal e i-gov;
Acompanhamento das bases de dados do Suricato para a detecção e correção dos problemas de alimentação, além dos ajustes necessários nas ferramentas de extração, análise e disposição de dados, no âmbito dos trabalhos em desenvolvimento;
Apresentação dos trabalhos de fiscalização integrada pelos Assessores e Diretora do Suricato no I Workshop DATAVIVA TCEMG;
Levantamento das inconsistências existentes entre os sistemas Geo-Obras e SICOM, com a elaboração e entrega de relatórios referentes às auditorias indicadas no Plano de Fiscalização da Diretoria de Engenharia e Perícia e Matérias Especiais;
Elaboração de informações estratégicas a partir do exame das notas de alerta da ouvidoria, ofícios externos e demandas internas, com o posterior encaminhamento às áreas competentes;
Levantamentos e realização de diligências com o objetivo de ampliar as bases de informações do Suricato para a produção de informações estratégicas, destinadas a subsidiar a tomada de decisão pelo Tribunal nas ações de controle externo, referentes à construção de Unidades Básicas de Saúde pelos municípios mineiros, com recursos provenientes da Secretaria de Estado da Saúde;
Manifestação técnica nos processos nº 886.097; 886.098; 886.099; 886.100; 886.103 e 965.750.
Ações desenvolvidas para atendimento das metas institucionais de redução de estoque de processos
Priorização da análise dos processos autuados em 2010 e 2011, em conformidade com as metas estabelecidas;
Priorização da análise das tomadas de contas especiais relativas aos exercícios de 2010 a 2015, visando ao cumprimento da meta estabelecida para o quadrimestre abril/junho;
Análise dos processos autuados até 1999, conforme Ordem de Serviço Conjunta nº 01, de 01/08/2015;
Estudo de métodos/estratégias de trabalho para atingir as metas do PPAG.
Projeto Otimizar
Realização de triagem nos processos que se enquadram no Projeto Otimizar, para transferência de competência à Coordenadoria para Otimização da Instrução Processual, que tem por objetivo contribuir para a otimização e racionalização dos procedimentos de instrução de processos referentes, especialmente, a fatos ocorridos até 31/12/2009.
Projeto PCA
Definição da forma de análise das contas e elaboração de manual de análise das contas prestadas pelo chefe do executivo municipal;
Início da análise dessas contas na sistemática do SICOM, obedecendo aos padrões definidos no Manual.

TABELA 8 - Ações de Controle Externo

(conclusão)

Ações
Projeto Denúncia
Realização da triagem nos processos de denúncia e representação e definição da forma de enfrentamento dos processos, além do estabelecimento de padrões de análise;
Análise dos processos de denúncia e representação obedecendo aos padrões de análise definidos.
Projeto Auditar
Definição de novo foco para as auditorias, que estão sendo acompanhadas pela Assessoria de Métodos Aplicados e Suporte à Fiscalização desde a etapa de planejamento;
Realização de auditorias com foco em fatos concomitantes e correção de procedimentos irregulares, visando à melhoria do planejamento, da execução e dos relatórios de auditoria.
Implantação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM
Aplicação de questionários;
Adaptação do manual do IEGM;
Desenvolvimento de atividades necessárias para o lançamento do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM.
Emissão de Certidões
Emissão de 1.602 certidões (comprovação da aplicação no ensino e saúde / atendimento dos índices da LRF / relacionadas a operações de crédito), com o objetivo de atender as demandas dos jurisdicionados.
Sistema de Apoio a Fiscalização Estadual – SAFE
Desenvolvimento de atividades visando à implantação de metodologia para análise de processos de compras realizados pelo Estado, utilizando procedimentos de Auditoria <i>on-line</i> , por meio do SAFE, com a extração de dados dos sistemas informatizados disponibilizados pelo Estado;
Elaboração de planilha geral de todos os processos de compra do Estado em 2014, após definição prévia de critérios de pesquisa e de metodologia para análise destes processos, seja por órgãos ou entidades, por credores, por valores, por modalidade de licitação, por objeto licitado de forma objetiva, além de pesquisa de documentos ou esclarecimentos considerados necessários;
Análise dos documentos enviados pelas unidades jurisdicionadas do Estado, por meio do SAFE, em face da Decisão Normativa nº 03/2014, para fins de mapeamento e análise de risco.
Sistema Informatizado de Acompanhamento de Parcerias Público-Privadas – SIAP
Realização de ajustes e melhorias relativos do Sistema;
Atualização do Manual Técnico do Sistema;
Elaboração de minutas de Resolução e de Instrução Normativa, relativas ao Sistema.
Fonte: Diretoria de Controle Externo dos Municípios, Diretoria de Controle Externo do Estado, Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal, Diretoria de Engenharia e Perícia e Matérias Especiais, Assessoria para Desenvolvimento do SICOM e Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas.

5.3.3 Processos Examinados pelas Diretorias de Controle Externo

No exercício de 2015, foram examinados 25.873 (vinte e cinco mil, oitocentos e setenta e três) processos pelas Diretorias de Controle Externo, como registrado nas Tabelas 9 a 15.

TABELA 9 - Processos Examinados pela DCEM

Natureza	Quantidade
Agravo	4
Assunto Administrativo - Câmaras	38
Assunto Administrativo - Pleno	35
Auditoria/Auditoria - Atos de Pessoal	39
Consulta	8
Contrato	1
Denúncia	275
Edital de Licitação	17
Embargos Declaratórios	8
Inspeção Extraordinária	8
Inspeção Extraordinária - Licitação	1
Inspeção Ordinária	85
Inspeção Ordinária - Licitação	2
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	42
Licitação	17
Pedido de Reexame	99
Pedido de Rescisão	6
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	199
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Empresa Pública	19
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	101
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	481
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Sociedade de Economia Mista	1
Prestação de Contas do Executivo Municipal	748
Prestação de Contas do Legislativo Municipal	287
Prestação de Contas Municipal	461
Processo Administrativo	300
Recurso de Reconsideração	5
Recurso de Rescisão	1
Recurso de Revisão	26
Recurso Ordinário	255
Relatório de Inspeção	38
Representação	231
Tomada de Contas	4
Tomada de Contas Especial	54
Tomada de Contas Extraordinária	2
Total	3.898

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

TABELA 10 - Processos Examinados pela DCEE

Natureza	Quantidade
Auditoria/Auditoria - Atos de Pessoal	3
Balancete Mensal	7
Balanço Geral	1
Balanço Geral do Estado	2
Consulta	1
Contrato	72
Contrato de Operação de Crédito	7
Convênio	75
Denúncia	33
Distrato	1
Edital de Licitação	1
Inspeção Extraordinária	6
Inspeção Ordinária	6
Licitação	13
Pedido de Inspeção	1
Prestação de Contas de Adiantamento	2
Prestação de Contas de Auxílio e Subvenção	2
Prestação de Contas de Contrato	2
Prestação de Contas de Convênio	54
Prestação de Contas de Diária de Viagem	1
Prestação de Contas de Exercício	127
Prestação de Contas de Ordenadores	2
Prestação de Contas de Termo Aditivo a Convênio	3
Processo Administrativo	24
Recurso Ordinário	9
Relatório de Avaliação Atuarial	2
Relatório de Inspeção	31
Relatório de Inspeção - Licitação	1
Representação	21
Termo Aditivo a Contrato	38
Termo Aditivo a Convênio	48
Termo Aditivo ao Termo de Ajuste	8
Termo de Acordo	1
Termo de Ajuste	1
Tomada de Contas	24
Tomada de Contas Especial	610
Total	1.240

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

TABELA 11 - Processos Examinados pela DFAP

Natureza	Quantidade
Aposentadoria	13.311
Ato Retificador de Aposentadoria	1
Ato Revisional - EC 70/2012	1
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	80
Auditoria/Auditoria - Atos de Pessoal	3
Complemento de Benefícios de Pensão	33
Complemento de Proventos de Aposentadoria	449
Denúncia	55
Edital de Concurso Público	161
Embargos Declaratórios	1
Inspeção Extraordinária - Atos de Admissão	3
Inspeção Ordinária	8
Inspeção Ordinária - Atos de Admissão	18
Pedido de Rescisão	2
Pensão	3.761
Processo Administrativo	4
Recurso de Revisão	1
Recurso Ordinário	13
Reforma	322
Relatório de Inspeção	1
Renúncia de Aposentadoria	1
Representação	98
Total	18.327

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

TABELA 12 - Processos Examinados pela DEPME

Natureza	Quantidade
Acompanhamento	3
Agravo	7
Auditoria/Auditoria - Atos de Pessoal	14
Auditoria Operacional	4
Contrato	2
Denúncia	525
Documento Revig. Ratif. Convênio	1
Edital de Licitação	76
Embargos Declaratórios	7
Inspeção Ordinária	7
Inspeção Ordinária - Licitação	2
Licitação	5

(continua)

TABELA 12 - Processos Examinados pela DEPME

Natureza	Quantidade
Monitoramento / Monitoramento de Auditoria Operacional	2
Prestação de Contas de Convênio	1
Processo Administrativo	13
Recurso Ordinário	3
Representação	48
Tomada de Contas Especial	3
Total	723

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

TABELA 13 - Processos Examinados pela Diretoria de Engenharia e Perícia

Natureza	Quantidade
Acompanhamento	1
Denúncia	4
Edital de Licitação	1
Processo Administrativo	1
Representação	5
Total	12

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

TABELA 14 - Processos Examinados pela Diretoria de Matérias Especiais

Natureza	Quantidade
Agravo	1
Auditoria Operacional	2
Denúncia	31
Edital de Licitação	3
Monitoramento	1
Representação	1
Total	39

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

TABELA 15 - Processos Examinados pela Coordenadoria para Otimização da Instrução Processual – Otimizar

Natureza	Quantidade
Denúncia	9
Inspeção Extraordinária	4
Inspeção Ordinária	37
Prestação de Contas de Exercício	54
Prestação de Contas Municipal	1.355
Processo Administrativo	173
Representação	2
Total	1.634

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

5.3.4 Capacitação de Servidores

Os servidores da área técnica participaram de vários eventos, como demonstrado nas Tabelas 16 a 21.

TABELA 16 - Participação em Eventos – DCEM

(continua)

Eventos
Apresentação das alterações na estrutura organizacional do TCEMG.
Apresentação do curso de pós-graduação da Escola de Contas.
Apresentação do site da FAPEMIG.
Aula ministrada no primeiro curso à distância de pós-graduação da Escola de Contas sobre o tema “Planejamento de Compras e Falhas Comuns por Falta de Planejamento”.
Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.
Ciclo de Estudos sobre o Novo CPC.
Ciclo de valorização e capacitação do servidor.
Curso “Análise de Dados Aplicada ao Controle”.
Curso “Auditoria da Tecnologia de Informação”.
Curso de Excel.
Curso de Gestão de Resíduos Sólidos.
Curso de Gestão Orçamentária e Financeira.
Curso de Inferência Causal e Análise de Experimentos.
Curso de Orçamento Público e Mecanismo de Participação.
Curso de Word.
Curso sobre Análise Amostral.
Curso sobre Fases Processuais.
Curso sobre Prescrição.
Curso STATA, do Programa de Extensão em Metodologia Quantitativa.
Debate sobre monitoramento e avaliação “Diálogos Transversais - Desenvolvimento de territórios: a relevância do monitoramento e avaliação”.
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 - Governador Valadares.
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 - Juiz de Fora.
I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas.
II Jornada de Contabilidade Pública.
II Rodada de Estudos Metropolitanos.
III Conferência de Controle Externo do TCEMG.
IV Seminário Internacional de Contabilidade Pública.
Jornada Científica do Instituto Rui Barbosa – IRB.
Lançamento do Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio de Belo Horizonte e da 4ª Edição da Revista do Observatório do Milênio de Belo Horizonte.
Palestra “Gestão de Recursos Hídricos”.
Semana de Produção e Consumo Sustentável.
Seminário “Contratação no Setor de Iluminação Pública”.

TABELA 16 - Participação em Eventos – DCEM

(conclusão)

Eventos
VII Seminário da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação, Diversidade na Avaliação: Múltiplos Olhares e Abordagens.
Visita Técnica ao Tribunal de Contas de São Paulo.
Workshop Gestão Eficiente da Água - A Experiência Australiana.
Fonte: Diretoria de Controle Externo dos Municípios – DCEM.

TABELA 17 - Participação em Eventos – DCEE

Eventos
Apresentação da nova sistemática para anexar, no SGAP, os documentos digitalizados nas auditorias e inspeções.
Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.
Curso de Excel.
Curso de Gestão de Resíduos Sólidos.
I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas.
II Jornada de Contabilidade Pública.
III Conferência de Controle Externo do TCEMG.
IV Seminário Internacional de Contabilidade Pública.
IX Congresso Mineiro de Direito Administrativo.
Jornada Científica do Instituto Rui Barbosa – IRB.
Palestra “Ética, Gestão e Poder”.
Palestra “Gestão de Recursos Hídricos”.
Palestra sobre PPA, LDO, LOA e créditos adicionais.
Palestra sobre Prescrição.
Seminário Gestores em Ação: liderando, multiplicando e desenvolvendo.
Workshop FAPEMIG.
Workshop sobre Auditoria.
X Convenção de Contabilidade.
Fonte: Diretoria de Controle Externo do Estado – DCEE.

TABELA 18 - Participação em Eventos – DFAP

Eventos
Apresentação da nova sistemática para anexar, no SGAP, os documentos digitalizados nas auditorias e inspeções.
Apresentação do Sistema de Gestão de Identidade – SGI.
Palestra “Planejamento Estratégico 2015-2019 de seus desdobramentos”.
Programa de Capacitação Permanente de Gestores: Projeto Gestores em Ação.
Seminário Gestores em Ação: liderando, multiplicando e desenvolvendo.
Workshop sobre Auditoria.
Fonte: Diretoria de Matérias Especiais – DFAP.

TABELA 19 - Participação em Eventos – DEPME

Eventos
Apresentação do Ciclo Metodológico da Auditoria Operacional.
Apresentação sobre normas de auditoria.
Concesiones de Infraestructura.
Curso “Aterros Sanitários - Licenças/Projeto/Operação”.
Curso “Estatística Descritiva Aplicada à Avaliação de Políticas, Programas e Empreendimentos Públicos”.
Curso de Excel Avançado aplicado ao Controle (EAD).
Curso de Excel Básico.
Curso de Gerenciamento Financeiro e Desembolsos para clientes do Banco Mundial (<i>on-line</i>).
Curso de Gestão de Resíduos Sólidos.
Curso de Português.
Curso <i>on-line</i> de Alianças Público Privadas para o Desenvolvimento: Implementando Soluções no Brasil.
Curso SINAPI.
Curso sobre auditoria de obras rodoviárias.
Curso sobre o Geo-Obras.
Encontro Nacional de Auditoria de Obras Públicas.
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 - Ipatinga.
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 - Passos.
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 - Pirapora.
Exposição Internacional de Mineração - EXPOSIBRAM 2015.
I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas.
III Conferência de Controle Externo do TCEMG.
IV Seminário Internacional de Contabilidade Pública.
IX Congresso Mineiro de Direito Administrativo.
Palestra “Gestão de Recursos Hídricos”.
Palestra “Gestão de Resíduos Sólidos”.
Palestra sobre “Administração Pública”.
Palestra sobre “Auditoria Operacional”.
Semana de Produção e Consumo Sustentável.
Seminário da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação.
Seminário Gestores em Ação: liderando, multiplicando e desenvolvendo.
Seminário sobre Iluminação Pública.
Treinamento Fiduciário do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.
V Fórum de Gestão da Contabilidade Pública.
Workshop Cruzamento de Informações entre as Bases de Banco de Dados Disponíveis ao Controle Externo.
Workshop Planejamento da Auditoria Coordenada nos Regimes Próprios de Previdência Social.
Workshop Relatório de Auditoria CFOSEP.
XXI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos.

Fonte: Diretoria de Matérias Especiais – DEPME.

TABELA 20 - Participação em Eventos – SICOM

Eventos
Apresentação do Plano Estratégico 2015-2019.
I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas.
II Jornada de Contabilidade Pública.
Palestra “Atitudes do Líder Ético”.
Palestra “Ética no Serviço Público”.
Programa de Capacitação Permanente de Gestores: Projeto Gestores em Ação.
Fonte: Assessoria para Desenvolvimento do SICOM.

TABELA 21 - Participação em Eventos – Suricato

Eventos
Apresentação da Metodologia da Assessoria de Fiscalização Integrada de Atos de Pessoal.
Apresentação da pesquisa eletrônica de normas contábeis.
Apresentação de informações relativas ao Curso de “Especialização em Contabilidade Aplicada ao Setor Público”.
Apresentação do e-Consulta.
Curso “Análise de Dados Aplicada ao Controle”.
Curso “Brigada de Incêndio”.
Curso “Estatística Descritiva Aplicada à Avaliação de Políticas, Programas e Empreendimentos Públicos”.
Curso “Inteligência aplicada ao Controle Externo”.
Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 - Cataguases.
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 - Itajubá.
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 - Montes Claros.
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 - Uberlândia.
Evento com o tema “Índice de Efetividade da Gestão Municipal – Metodologia e Resultados – Debates com Segmentos da Sociedade”.
I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas.
II Seminário Internacional de Controle Externo.
Palestra “Aprendendo a definir métricas eficazes para detecção de fraudes nas fiscalizações”.
Palestra “Gestão de Recursos Hídricos”.
Palestra “Transferências Voluntárias: Aplicação: QESE – FUNDEB – A Lei de Responsabilidade Fiscal e o Gestor Educacional – Importância da Formação do Conselho do Fundeb”.
Programa de Capacitação Permanente de Gestores: Projeto Gestores em Ação.
Seminário “Risco em Auditoria”.
Seminário Gestores em Ação: liderando, multiplicando e desenvolvendo.
Treinamento da Intranet.
XIV Encontro de Contadores Públicos do Sul de Minas.
Fonte: Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas – Suricato.

5.4 Deliberações

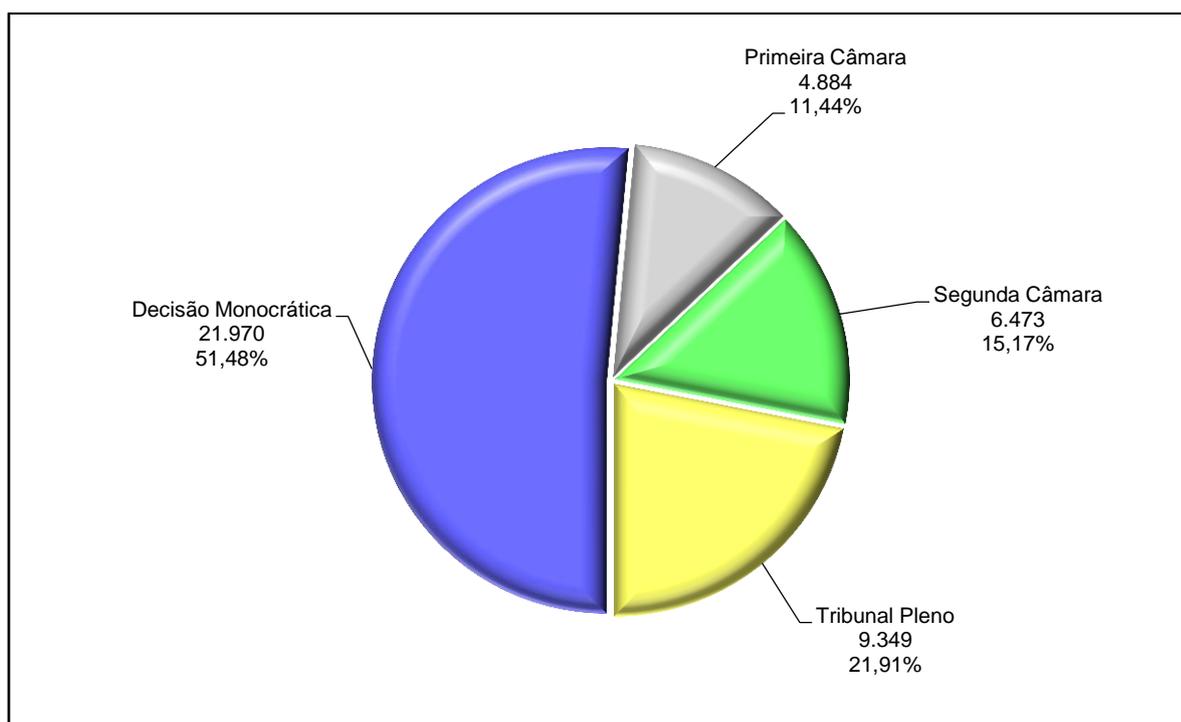
As deliberações do Tribunal de Contas têm a forma de:

- acórdão;
- parecer;
- instrução normativa;
- resolução;
- decisão normativa;
- decisão monocrática.

No exercício de 2015, foram realizadas 112 (cento e doze) sessões, sendo 38 (trinta e oito) do Tribunal Pleno, 35 (trinta e cinco) da Primeira Câmara e 39 (trinta e nove) da Segunda Câmara.

Foram deliberados 20.706 (vinte mil, setecentos e seis) processos nas sessões realizadas e 21.970 (vinte e um mil, novecentos e setenta) processos por decisão monocrática, totalizando 42.676 (quarenta e dois mil, seiscentos e setenta e seis) processos deliberados no exercício de 2015.

GRÁFICO 1 - Processos Deliberados



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

5.4.1 Tribunal Pleno

TABELA 22 - Processos Deliberados pelo Tribunal Pleno

(continua)

Natureza	Quantidade
Agravo	15
Assunto Administrativo - Ato Normativo	26
Assunto Administrativo - Pleno	542
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	3
Auditoria Operacional	3
Auditoria/Auditoria - Atos de Pessoal	83
Balanço Geral	1
Balanço Geral do Estado	1
Consulta	35
Contrato	2
Convênio	3
Denúncia	564
Edital de Licitação	5
Embargos Declaratórios	12
Embargos Infringentes	1
Incidente de Inconstitucionalidade	1
Incidente de Uniformização de Jurisprudência	1
Inspeção Especial	1
Inspeção Extraordinária	163
Inspeção Extraordinária - Atos de Admissão	2
Inspeção Extraordinária - Licitação	224
Inspeção Ordinária	2.474
Inspeção Ordinária - Atos de Admissão	19
Inspeção Ordinária - Licitação	1.818
Inspeção Ordinária - Parecer Coletivo	31
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	2
Licitação	35
Monitoramento / Monitoramento de Auditoria Operacional	1
Pedido de Auditoria	18
Pedido de Inspeção	1
Pedido de Rescisão	6
Prestação de Contas de Convênio	1
Prestação de Contas de Exercício	2
Prestação de Contas Municipal	4
Processo Administrativo	9
Recurso Administrativo	1

TABELA 22 - Processos Deliberados pelo Tribunal Pleno

Natureza	(conclusão)
	Quantidade
Recurso de Rescisão	1
Recurso de Revisão	50
Recurso Ordinário	241
Relatório de Auditoria	5
Relatório de Inspeção	1.150
Relatório de Inspeção - Licitação	1.537
Relatório de Inspeção Extraordinária	94
Representação	159
Termo de Autorização	1
Termo de Parceria	1
Total	9.349

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

5.4.2 Primeira e Segunda Câmaras

TABELA 23 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras

Natureza	(continua)		
	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Agravo	13	7	20
Aposentadoria	2.153	2.026	4.179
Assunto Administrativo - Câmaras	218	1	219
Ato Retificador de Aposentadoria	1	-	1
Ato Revisional - EC 70/2012	1	-	1
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	14	51	65
Auditoria Operacional	1	-	1
Auditoria/Auditoria - Atos de Pessoal	10	3	13
Balanço Geral	2	4	6
Complemento de Proventos de Aposentadoria	-	2	2
Contrato	5	50	55
Convênio	89	105	194
Denúncia	183	207	390
Distrato	-	1	1
Edital de Concurso Público	23	21	44
Edital de Licitação	23	22	45
Embargos Declaratórios	7	10	17
Inspeção Extraordinária	3	13	16
Inspeção Extraordinária - Atos de Admissão	2	-	2

TABELA 23 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras

(continua)

Natureza	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Inspeção Extraordinária - Licitação	1	2	3
Inspeção Ordinária	98	150	248
Inspeção Ordinária - Atos de Admissão	10	8	18
Inspeção Ordinária - Licitação	2	25	27
Inspeção Ordinária - Parecer Coletivo	-	2	2
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	29	91	120
Licitação	10	21	31
Pedido de Auditoria	1	1	2
Pedido de Inspeção	-	1	1
Pedido de Reexame	62	78	140
Pensão	261	263	524
Prestação de Contas	-	1	1
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	40	44	84
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Empresa Pública	1	3	4
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	31	20	51
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	56	94	150
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Sociedade de Economia Mista	2	2	4
Prestação de Contas de Auxílio e Subvenção	4	-	4
Prestação de Contas de Contrato	-	1	1
Prestação de Contas de Convênio	36	93	129
Prestação de Contas de Exercício	81	76	157
Prestação de Contas de Termo Aditivo	-	1	1
Prestação de Contas de Termo Aditivo a Convênio	3	5	8
Prestação de Contas do Executivo Municipal	66	81	147
Prestação de Contas do Legislativo Municipal	142	201	343
Prestação de Contas Municipal	498	1.400	1.898
Processo Administrativo	377	801	1.178
Recurso de Reconsideração	3	-	3
Recurso de Revisão	1	-	1
Reforma	1	1	2
Relatório de Avaliação Atuarial	-	2	2

TABELA 23 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras

(conclusão)

Natureza	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Relatório de Inspeção	18	81	99
Relatório de Inspeção - Licitação	2	4	6
Relatório de Inspeção Extraordinária	-	2	2
Representação	38	58	96
Termo Aditivo a Contrato	6	2	8
Termo Aditivo a Convênio	23	37	60
Termo de Cessão	-	1	1
Tomada de Contas	14	20	34
Tomada de Contas Especial	219	276	495
Tomada de Contas Extraordinária	-	1	1
Total	4.884	6.473	11.357

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

5.4.3 Decisões Monocráticas

Nos termos do inciso VI do art. 200 do Regimento Interno, as deliberações do Tribunal terão a forma de decisão monocrática, quando a lei ou o Regimento Interno autorizar o Relator ou o Presidente a decidir isoladamente a questão.

No exercício de 2015, as decisões monocráticas ocorreram nos seguintes casos:

- registro/averbação de atos - aposentadoria, reforma e pensão;
- decadência;
- prescrição;
- inadmissão de recursos;
- inadmissão de pedido de rescisão;
- inadmissão de consultas;
- agravo em decisão monocrática.

TABELA 24 - Processos Deliberados sob a Forma de Decisão Monocrática

(continua)

Natureza	Quantidade
Agravo	12
Aposentadoria	16.776
Apostila	1
Balancete Mensal	27
Complemento de Benefícios de Pensão	28
Complemento de Proventos de Aposentadoria	352
Consulta	108
Contrato	10
Convênio	10
Denúncia	14
Embargos Declaratórios	4
Inspeção Extraordinária	8
Inspeção Extraordinária - Licitação	2
Inspeção Ordinária	78
Inspeção Ordinária - Licitação	8
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	11
Licitação	6
Pedido de Reexame	3
Pedido de Rescisão	24
Pensão	3.014
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	64
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Empresa Pública	6
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	32
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	2
Prestação de Contas de Auxílio e Subvenção	14
Prestação de Contas de Contrato	3
Prestação de Contas de Convênio	4
Prestação de Contas de Exercício	49
Prestação de Contas de Ordenadores	3
Prestação de Contas do Legislativo Municipal	82
Prestação de Contas Municipal	582
Processo Administrativo	278
Recurso Ordinário	38
Reforma	262
Relatório de Inspeção	2
Representação	3

TABELA 24 - Processos Deliberados sob a Forma de Decisão Monocrática

Natureza	(conclusão)
	Quantidade
Termo Aditivo a Contrato	33
Termo Aditivo a Convênio	5
Termo de Acordo	1
Termo de Comodato	1
Termo de Responsabilidade	1
Tomada de Contas	1
Tomada de Contas Especial	8
Total	21.970

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

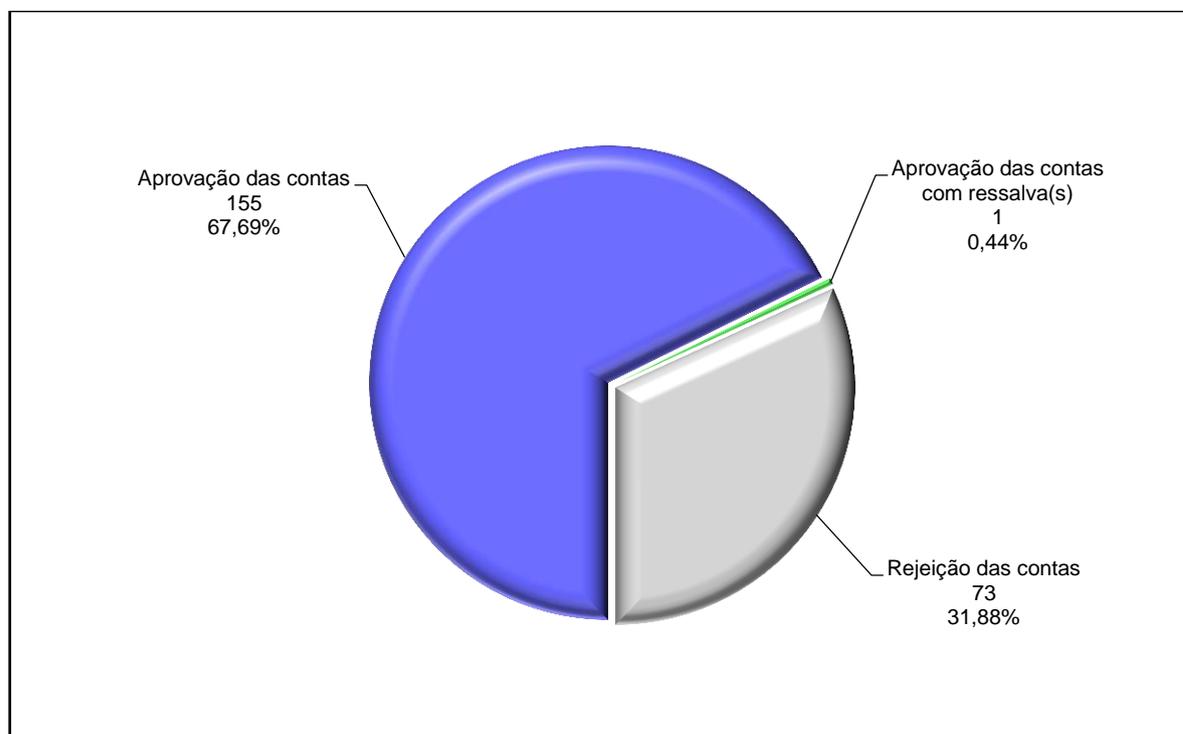
5.4.4 Deliberação em Parecer Prévio

O art. 42 da Lei Complementar nº 102/2008 dispõe que compete ao Tribunal de Contas apreciar as contas prestadas pelos prefeitos e sobre elas emitir parecer prévio.

A emissão do parecer prévio poderá ser pela aprovação das contas, pela aprovação das contas, com ressalva, e pela rejeição das contas, nos termos do art. 45, I, II e III, da mencionada Lei.

No exercício de 2015, foram emitidos 229 (duzentos e vinte e nove) pareceres, conforme registrado no Gráfico 2.

GRÁFICO 2 - Deliberação em Parecer Prévio



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

5.4.5 Deliberação em Consulta

O TCEMG emite parecer em consulta acerca de matéria de sua competência que tenha repercussão financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial e que não verse sobre caso concreto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno.

O parágrafo único do art. 210 do citado Regimento dispõe que o parecer emitido em consulta tem caráter normativo e constitui prejulgamento de tese, mas não de caso concreto, mas a orientação dada prevalecerá quando do exame do caso concreto correspondente.

No exercício de 2015, foram submetidos ao Tribunal Pleno, para deliberação, pareceres em 35 (trinta e cinco) processos de consulta, sendo que 14 (quatorze) foram arquivadas e 21 (vinte e uma) foram respondidas. As indagações das consultas que foram respondidas estão transcritas na Tabela 25.

TABELA 25 - Consultas

(continua)

Processo	Consulente	Indagações
837.403	Presidente da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, Vereador Marco Antônio Reis Carvalho.	<ul style="list-style-type: none"> – Considerando que a Câmara Municipal, apesar de sua autonomia administrativa, não arrecada receita, sendo apenas unidade orçamentária para a qual é realizado o repasse de duodécimo pelo Poder Executivo, seria possível a negociação do processamento de sua folha de pagamento por meio de licitação com participação de instituições financeiras oficiais e não oficiais? – Tendo em vista que a Câmara Municipal conta apenas com o repasse de duodécimos, não possuindo outras fontes de recursos, caso seja possível a negociação do processamento de sua folha de pagamento, poderia realizar licitação para a escolha do conveniente? – É possível que o edital de licitação preveja que a instituição financeira, ao invés de “comprar” a folha de pagamento da Câmara Municipal, com a consequente entrada de recursos financeiros nos cofres municipais, realize, em decorrência de convênio, investimentos em projeto de construção de uma nova sede da Câmara?
837.432	Presidente e 1º Secretário da Câmara Municipal de Araguari, Eunice Maria Mendes e Raul José de Belém.	<ul style="list-style-type: none"> – Legalidade da cobrança de honorários de sucumbência pelos procuradores municipais.
862.594	Prefeita do Município de Patos de Minas, Maria Beatriz de Castro Alves Savassi.	<ul style="list-style-type: none"> – Em qual elemento de despesa, grupo de aplicação da despesa e classificação econômica deve ser classificada a despesa destinada aos aportes para cobertura do déficit do Grupo Financeiro da Segmentação de Massa? – Os aportes financeiros enviados ao Regime Próprio de Previdência Social para a cobertura do déficit do Grupo Financeiro compõem o índice de pessoal do Município? – Os referidos aportes devem ser informados no Relatório de Gestão Fiscal – Anexo I – Demonstrativo da Despesa com Pessoal?
862.919	Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Dinis Pinheiro.	<ul style="list-style-type: none"> – Em caso de aposentadoria proporcional de servidor público vinculado ao Regime Próprio de Previdência, nos casos constitucionalmente previstos em que o cálculo dos proventos é elaborado com base na última remuneração do servidor antes de aposentar-se, os adicionais por tempo de serviço, como os quinquênios, devem ser proporcionalizados ou são isentos de proporcionalização?
875.621	Controladora Interna do Município de Boa Esperança, Andreyra de Fátima Lima.	<ul style="list-style-type: none"> – Os recursos financeiros provenientes da alienação de bens públicos podem ser repassados para o Fundo de Previdência Municipal? – Podem ser utilizados para quitação de dívidas previdenciárias parceladas com o regime próprio?

TABELA 25 - Consultas

(continua)

Processo	Consulente	Indagações
884.835	Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e Vice-Presidente da Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Délio Malheiros.	<ul style="list-style-type: none"> - Sendo os quinquênios direito adquirido e incorporados constitucionalmente na remuneração do servidor, quando este se aposenta proporcionalmente pode a administração reduzi-los nos mesmos percentuais de sua aposentadoria?
885.850	Chefe do Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Campanha, Márcia Cristina Silva Borges.	<ul style="list-style-type: none"> - Qual é o procedimento correto para a utilização das fontes de recursos remanescentes do exercício de 2011, que não foram previstos no orçamento de 2012?
885.934	Presidente da Rádio Inconfidência Ltda., Valério Antônio Fabris.	<ul style="list-style-type: none"> - Na ausência de legislação específica, o servidor público celetista, ocupante de cargo em comissão de diretor de empresa pública, com remuneração mensal fixada em parcela única por Decreto Estadual, fará jus ao pagamento do adicional de periculosidade, previsto no art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, se exercer atividades ou operações em condições perigosas?
886.076	Prefeito do Município de Paraisópolis, Sérgio Wagner Bizarria.	<ul style="list-style-type: none"> - Caso o Administrador se depare com o recebimento dos restos a pagar como “não processados” (não liquidados) e posteriormente verifique que a real situação é de processados (liquidados), pergunta-se: <ul style="list-style-type: none"> a) Qual o procedimento a ser adotado, visando evidenciar na contabilidade essa condição? b) Os restos a pagar processados, que já se encontram sobre a égide da prescrição, precisam ser retificados, ou podem ser simplesmente considerados extintos, após os procedimentos próprios (reconhecimento, decreto, verificação de não cobrança judicial etc.)?
898.678	Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário da Câmara Municipal de Monte Sião Hércules Divino de Faria, Christian Caroli, Rafael Lúcio da Silva e Décio Fred, respectivamente.	<ul style="list-style-type: none"> - A quem cabe a alienação de bens imóveis do Poder Legislativo? - Qual Poder deverá abrir processo licitatório de alienação de bens imóveis, Executivo ou Legislativo? - A receita proveniente da alienação de bens imóveis será destinada ao Poder Legislativo ou Executivo? Caso seja destinada à Câmara Municipal, como esta receberá tal receita? Poderá receber além das transferências efetuadas pelo Poder Executivo? - Poderá a Câmara Municipal utilizar a receita proveniente da alienação de bem imóvel para construção de sua sede própria?
911.788	Prefeita do Município de Delta, Lauzita Rezende da Costa.	<ul style="list-style-type: none"> - Para os Municípios que possuem lei que constitui a guarda municipal, a proteção do patrimônio público é obrigatoriamente da responsabilidade da guarda? - Existe legalidade na terceirização da proteção do patrimônio público, por meio de contratação de segurança privada?

TABELA 25 - Consultas

(continua)

Processo	Consulente	Indagações
912.160	Controladora Geral do Município de Igarapé, Flávia Cilene de Freitas.	<ul style="list-style-type: none"> - O órgão responsável pelo controle interno deve emitir, obrigatoriamente, parecer em todos os processos licitatórios ou somente nas licitações em que haja auditoria, sindicância ou denúncia?
924.184	Prefeita do Município de Ipatinga, Maria Cecília Ferreira Delfino.	<ul style="list-style-type: none"> - Quando o recebimento de créditos inscritos na dívida ativa de IPTU ocorrer por meio de dação em pagamento de bem imóvel, é obrigatória a aplicação de 25% em Educação e 15% em Saúde? - Caso seja negativa a resposta à primeira indagação, como se daria o procedimento de registro contábil do valor a ser recebido proveniente do valor inscrito em dívida ativa de IPTU, considerando não se tratar de transação financeira, mas somente orçamentária e patrimonial? - Caso seja afirmativa a resposta à primeira indagação, a aplicação poderia se dar por meio da destinação de 25% da área total do imóvel para serviços públicos de Educação e 15% da área total do imóvel para serviços públicos em Saúde, devidamente especificados na escritura pública do imóvel? Tal procedimento viria a viabilizar o recebimento de créditos por meio de dação em pagamento, à vista da falta de recursos financeiros disponíveis para transferência, que se traduz na realidade dos entes públicos em geral, principalmente quando se tratar de créditos de maior monta. - Caso seja afirmativa a resposta à terceira indagação, como se daria o registro contábil, considerando que o SIACE/PCA e SICOM somente permitem o registro quando ocorre a transação no sistema orçamentário?
932.459	Prefeita do Município de São João Batista do Glória, Aparecida Nilva dos Santos.	<ul style="list-style-type: none"> - A alienação de créditos de <i>royalties</i> de Itaipu e de compensação financeira pela exploração de recursos hídricos transgride a Lei de Responsabilidade Fiscal? - A receita dessa antecipação de crédito pode ser investida na aquisição de bens imóveis? - A receita dessa antecipação de crédito pode ser investida em obras de infraestrutura?
932.845	Secretário Municipal de Controle Interno de Campo Belo, Edimar de Resende.	<ul style="list-style-type: none"> - O TCEMG mantém o posicionamento consolidado na Consulta nº 777.131 ou segue o entendimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, que veda a aplicação dos recursos do salário-educação na alimentação escolar?

TABELA 25 - Consultas

(conclusão)

Processo	Consulente	Indagações
932.879	Diretora Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal de Cambuí, Eliane Lambert Ferreira.	<ul style="list-style-type: none"> – Nos termos da Súmula Vinculante 33 do STF, devem ser utilizados todos os artigos relacionados à aposentadoria especial constantes da Lei nº 8.213/91? – Como proceder nos casos em que o servidor cumular licitamente dois cargos com exposição aos agentes nocivos e quiser aposentar em somente um deles? Ele pode continuar trabalhando no outro ou pedir exoneração? – Para a concessão de aposentadoria especial, deve ser considerado todo o procedimento adotado pelo INSS? – Em relação ao reajuste para os servidores que ingressaram no serviço público antes de 2003. Paridade ou regime geral?
944.662	Secretária Municipal de Fazenda de Ibirité, Cássia de Fátima Silva Oliveira Rosa.	<ul style="list-style-type: none"> – Possibilidade ou não da utilização do Recurso do QESE para a compra de uniformes e mochilas escolares.
944.788	Presidente da Câmara Municipal de Ituiutaba, Francisco Tomaz de Oliveira Filho.	<ul style="list-style-type: none"> – Os Executivos Municipais devem cumprir o que foi disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária como repasse financeiro para as Câmaras Municipais em 2015, mesmo que a publicação da população estimada no site do IBGE em 2014 conste aumento na população alterando o percentual previsto no art. 29-A da Constituição Federal? Quando deverá ser aplicado o novo percentual a ser considerado para repasse ao Legislativo e qual a base de cálculo?
951.303	Secretário Municipal de Finanças de Além Paraíba, Cleiton Tavares de Oliveira.	<ul style="list-style-type: none"> – É possível que o Município utilize recursos do salário-educação para aquisição de uniformes escolares?
951.540	Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre, Vereador Rafael de Camargo Huhn.	<ul style="list-style-type: none"> – É legal a cessão do espaço do plenário da Câmara Municipal para realização de eventos promovidos por entidades públicas ou privadas, mediante cobrança de valor para ressarcimento de despesas com a manutenção despendida? – Em caso afirmativo, como se dará a contabilização da respectiva receita?
952.125 ¹	Presidente da Câmara Municipal de Ituiutaba, Francisco Tomaz de Oliveira Filho.	<ul style="list-style-type: none"> – Para o Poder Executivo o aumento populacional irá refletir em majoração das receitas a serem arrecadadas com base em índice populacional, apenas no exercício financeiro seguinte a esta publicação do IBGE? – Para o Poder Legislativo o aumento populacional irá refletir na alteração da base de cálculo somente no exercício financeiro subsequente e efetivamente arrecadado, ou seja, no segundo ano após a publicação do índice populacional?

Fonte: Atas das Sessões do Pleno.

¹ Modulação dos efeitos da deliberação - a partir do exercício financeiro de 2016. Apensa à Consulta nº 944.788.

5.5 Resoluções, Instruções Normativas e Decisão Normativa

No exercício de 2015, foram aprovadas 11 (onze) resoluções, 4 (quatro) instruções normativas e 1 (uma) decisão normativa, como demonstrado nas Tabelas 26, 27 e 28.

TABELA 26 - Resoluções

Número	Assunto
R - 001/2015	Homologa o portal Minas Transparente.
R - 002/2015	Dispõe sobre a estrutura organizacional e as atribuições das unidades do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
R - 003/2015	Disciplina o encaminhamento de petições ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais por meio do serviço de protocolo postal.
R - 004/2015	Indica os servidores que serão agraciados, em 2015, com a “Medalha Emílio Moura da Corte de Contas do Estado de Minas Gerais”.
R - 005/2015	Regulamenta o auxílio-saúde devido aos Conselheiros e aos Conselheiros Substitutos do Tribunal de Contas, bem como aos membros do Ministério Público de Contas.
R - 006/2015	Institui a sistemática de identificação, avaliação, e registro dos benefícios das ações de controle externo no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCEMG.
R - 007/2015	Altera o valor do auxílio-alimentação para os Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
R - 008/2015	Altera o valor do auxílio-alimentação para os servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
R - 009/2015	Cria o Memorial do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais Conselheiro Eduardo Carone Costa.
R - 010/2015	Cria o Cadastro de Agentes Públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais - CAPMG e estabelece a forma de envio dos dados relativos às folhas de pagamento.
R - 011/2015	Institui a Política de Segurança da Informação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Fonte: TCEgis - Sistema Integrado de Pesquisa.

TABELA 27 - Instruções Normativas

(continua)

Número	Assunto
IN - 001/2015	Dispõe sobre a remessa dos balancetes contábeis referentes ao exercício financeiro de 2015, pelos municípios, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - SICOM.
IN - 002/2015	Estabelece diretrizes para a prestação das contas anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal referente ao exercício de 2015 e dá outras providências.

TABELA 27 - Instruções Normativas

(conclusão)

Número	Assunto
IN - 003/2015	Dispõe sobre a remessa, pelos municípios, dos instrumentos de planejamento e das informações orçamentárias, financeiras, contábeis, operacionais e patrimoniais relativas ao exercício financeiro de 2016 e seguintes, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM).
IN - 004/2015	Dispõe sobre a remessa de informações relativas à folha de pagamento de pessoal, para a constituição do Cadastro de Agentes Públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais - CAPMG.

Fonte: TCEgis - Sistema Integrado de Pesquisa.

TABELA 28 - Decisão Normativa

Número	Assunto
DN - 001/2015	Define as unidades jurisdicionadas da Administração Pública Direta e Indireta estadual cujos responsáveis deverão apresentar contas anuais relativas ao exercício de 2015, para fins de julgamento, bem como os documentos e informações que comporão as contas anuais.

Fonte: TCEgis - Sistema Integrado de Pesquisa.

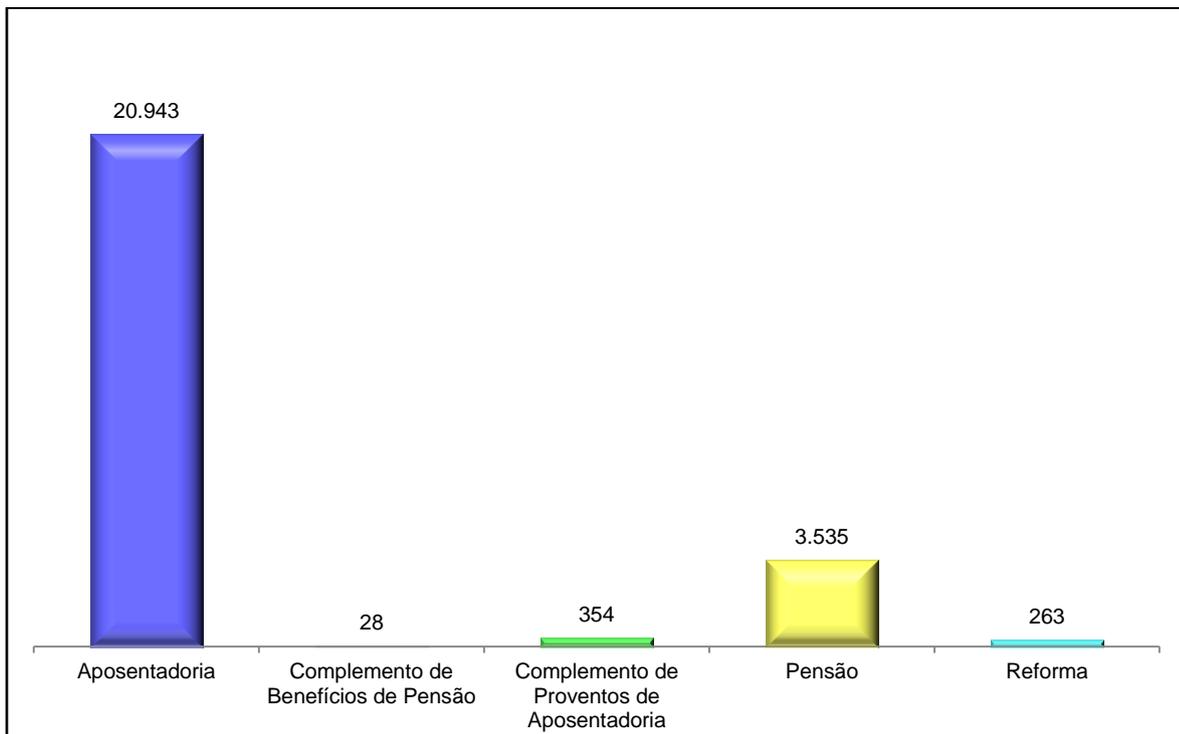
5.6 Registro de Atos

O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro, mediante procedimentos de fiscalização ou processo específico, conforme ato normativo próprio, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 256 do Regimento Interno.

No exercício de 2015, foram realizados 25.123 (vinte e cinco mil, cento e vinte e três) registros, sendo 2.411 (dois mil, quatrocentos e onze) pela Primeira Câmara, 2.280 (dois mil, duzentos e oitenta) pela Segunda Câmara e 20.432 (vinte mil, quatrocentos e trinta e dois) por decisão monocrática.

Foram registradas 20.943 (vinte mil, novecentas e quarenta e três) Aposentadorias, 28 (vinte e oito) Complementos de Benefícios de Pensão, 354 (trezentos e cinquenta e quatro) Complementos de Proventos de Aposentadoria, 3.535 (três mil, quinhentas e trinta e cinco) Pensões e 263 (duzentas e sessenta e três) Reformas, conforme demonstrado no Gráfico 3.

GRÁFICO 3 - Registro de Atos



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

5.7 Exame Prévio de Instrumento Convocatório

O Regimento Interno, em seu art. 262, dispõe que os instrumentos convocatórios referentes aos procedimentos licitatórios instaurados pelos órgãos ou entidades estaduais e municipais se sujeitam a exame prévio pelo Tribunal.

De acordo com o art. 264 do citado Regimento, a licitação poderá ser liminarmente suspensa se constatadas irregularidades graves que possam causar lesão ao erário, fraude ou risco de ineficácia da decisão de mérito.

Em caso de decisão monocrática, o Conselheiro Relator deverá submeter sua decisão à ratificação do Colegiado competente na sessão subsequente, sob pena de perda de eficácia, nos termos do disposto no § 1º do art. 264 do Regimento Interno.

No exercício de 2015, foram suspensos 74 (setenta e quatro) Editais de Licitação, sendo que 1 (um) foi suspenso pelo Tribunal Pleno, 44 (quarenta e quatro) foram suspensos pela Primeira Câmara e 29 (vinte e nove) pela Segunda Câmara.

Suspensa o certame, após a análise conclusiva dos itens impugnados na peça inicial, o TCEMG determina a adequação do edital aos ditames legais. Verificado o correto ajustamento e as condições de o feito prosseguir, os autos são novamente submetidos ao Colegiado competente para revogação da suspensão anteriormente determinada.

No que tange aos Editais de Concurso Público, ao proceder à análise, o Tribunal poderá suspender o certame, mediante medida cautelar, ou determinar que a entidade realizadora promova as correções necessárias, caso configurado o pressuposto de restrição à competitividade intrínseca à participação em concursos públicos, como também se constatada ilegalidade.

Foram suspensos, no exercício de 2015, 10 (dez) Editais de Concursos Públicos, sendo que 6 (seis) foram suspensos pela Primeira Câmara e 4 (quatro) pela Segunda Câmara.

5.8 Sanções

O Tribunal de Contas, ao constatar irregularidade ou descumprimento de obrigação por ele determinada em processo de sua competência, poderá, observado o devido processo legal, aplicar, isolada ou cumulativamente, as sanções de multa, inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o poder público, nos termos do art. 315 do Regimento Interno.

A multa será aplicada de forma individual a cada agente que tiver concorrido para o fato, sendo o seu pagamento de responsabilidade pessoal dos infratores.

Conforme dispõe o art. 316 do mencionado Regimento, verificada a existência de dano ao erário, o Tribunal determinará o seu ressarcimento aos cofres públicos pelo responsável ou sucessor, observado o disposto no inciso VIII do art. 2º do citado Regimento.

Nas Tabelas 29 e 30, estão registradas as multas aplicadas e os ressarcimentos determinados no exercício de 2015.

TABELA 29 - Valor das Multas Aplicadas por Irregularidade

Em R\$ 1,00

Irregularidade	Tribunal Pleno	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Abertura de créditos suplementares sem amparo legal	-	-	1.000,00	1.000,00
Atos de Admissão praticados sem a observância de requisitos legais	-	-	20.000,00	20.000,00
Ausência de conta corrente específica para os recursos destinados à educação/saúde	-	7.000,00	21.000,00	28.000,00
Descumprimento de determinação do Tribunal	615.000,00	25.500,00	84.000,00	724.500,00
Descumprimento de prazo limite para o envio do Relatório da Gestão Fiscal	-	101.000,00	-	101.000,00
Descumprimento de prazo limite para o envio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	-	354.000,00	-	354.000,00
Descumprimento dos percentuais de aplicação dos recursos do FUNDEF na remuneração do magistério	-	3.500,00	22.000,00	25.500,00
Dispensa/Inexigibilidade com irregularidade(s)	-	70.400,00	155.310,00	225.710,00
Falta de procedimento licitatório	-	546.200,00	74.100,00	620.300,00
Falta de repasse dos recursos destinados ao ensino/saúde para os órgãos responsáveis	-	15.000,00	28.000,00	43.000,00
Irregularidade(s) apurada(s) em Restos a Pagar/Despesas	-	22.800,00	86.589,67	109.389,67
Irregularidade(s) com recursos do FUNDEF/FUNDEB	-	17.000,00	34.500,00	51.500,00
Irregularidade(s) em Convênio/Contrato/Termo Aditivo	-	24.900,00	405.840,52	430.740,52
Irregularidade(s) na gestão do órgão	-	9.500,00	142.859,12	152.359,12
Irregularidade(s) nas Contas do Executivo Municipal	159.000,00	-	-	159.000,00
Irregularidade(s) na(s) Prestação(ões) de Contas	-	239.700,00	298.171,54	537.871,54
Irregularidade(s) em Edital de Concurso Público	-	12.000,00	32.500,00	44.500,00
Irregularidade(s) nos gastos com o ensino/saúde	-	1.000,00	1.000,00	2.000,00
Irregularidade(s) relativa(s) ao Controle Interno	-	34.000,00	51.000,00	85.000,00
Procedimento licitatório com irregularidade(s)	-	246.750,00	770.475,00	1.017.225,00
Outras irregularidades	-	50.050,00	95.673,78	145.723,78
Total	774.000,00	1.780.300,00	2.324.019,63	4.878.319,63

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

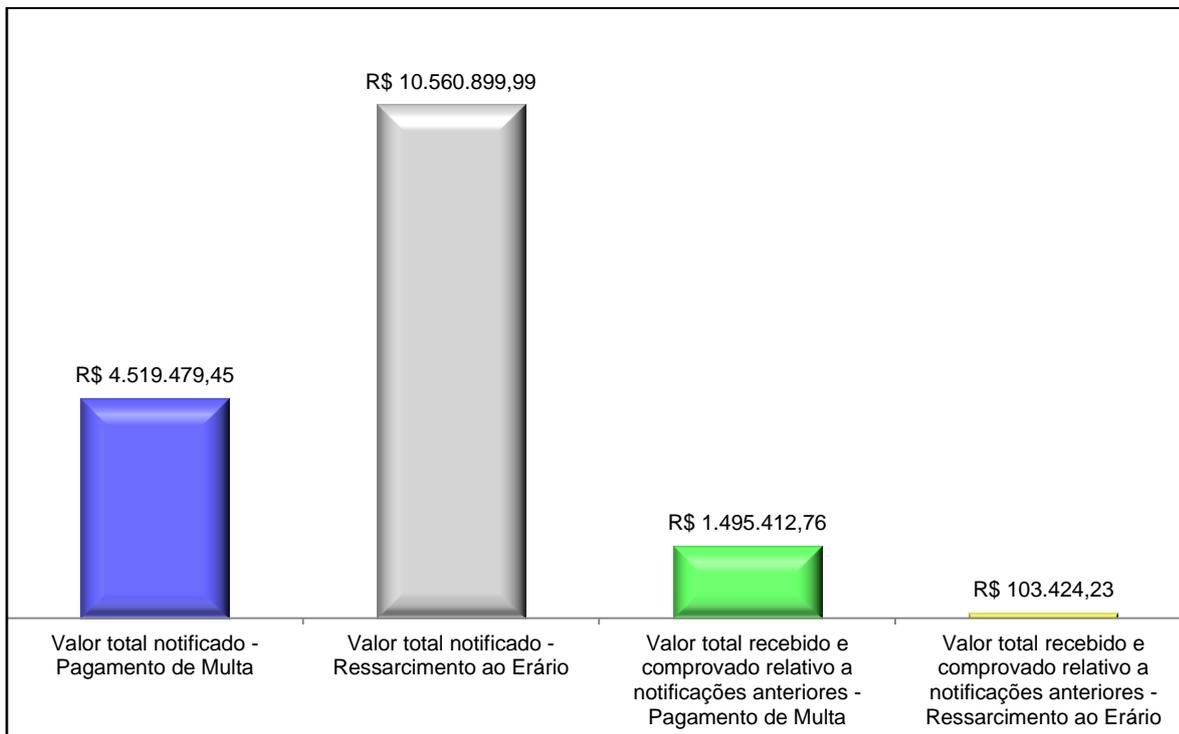
TABELA 30 - Valor dos Ressarcimentos Determinados por Irregularidade

Em R\$ 1,00

Irregularidade	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Ausência de comprovação da execução do objeto	399.618,70	309.224,33	708.843,03
Benefícios concedidos sem lei autorizativa	24.425,56	-	24.425,56
Despesas com publicidade realizadas irregularmente	74.447,30	110.200,49	184.647,79
Despesas com publicidade sem apresentação da matéria veiculada	40.060,16	147.386,92	187.447,08
Despesas não afetas ao interesse público	41.879,31	214.900,12	256.779,43
Despesas sem recibo e quitação do favorecido	-	2.918,78	2.918,78
Falta de comprovação de despesas com documentos legais	277.317,59	2.331.532,26	2.608.849,85
Irregularidade(s) com recursos do ensino/saúde	-	1.768.396,17	1.768.396,17
Irregularidade(s) em Convênio/Contrato/Termo Aditivo	2.968.563,94	2.559.884,41	5.528.448,35
Irregularidade(s) na(s) Prestação(ões) de Contas	100.723,87	642.626,61	743.350,48
Irregularidade(s) no recebimento de recursos/receita	232.225,50	252.338,36	484.563,86
Irregularidade(s) no repasse de recursos	-	21.603,06	21.603,06
Procedimento licitatório com irregularidade(s)	115.606,79	181.966,70	297.573,49
Realização de despesas sem a observância de procedimentos legais	3.103.403,66	456.789,31	3.560.192,97
Recebimento de diárias de viagem a maior	146.738,30	25.125,80	171.864,10
Recebimento em duplicidade	6.337,00	-	6.337,00
Recebimento indevido de remuneração	1.766.809,91	81.013,87	1.847.823,78
Recebimento indevido de subsídio	129.776,97	32.688,30	162.465,27
Recebimento indevido de subsídio e verba de representação	13.207,35	11.679,17	24.886,52
Outras irregularidades	23.460,72	4.930,17	28.390,89
Total	9.464.602,63	9.155.204,83	18.619.807,46

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

GRÁFICO 4 - Valores Notificados e Pagos - Multa e Ressarcimento ao Erário



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

No exercício de 2015, a Coordenadoria de Débito e Multa encaminhou 510 (quinhentas e dez) certidões de débito ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, para as providências cabíveis à execução forçada pela Advocacia Geral do Estado ou Procuradorias Municipais, conforme discriminado nas Tabelas 31 e 32.

TABELA 31 - Multa

Certidões	Valor Total
381	R\$ 2.305.844,98

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

TABELA 32 - Ressarcimento ao Erário

Certidões	Valor Total
129	R\$ 3.573.971,92

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

5.9 Recursos Deliberados

Nos termos do art. 324 do Regimento Interno, das decisões do Tribunal caberão os seguintes recursos:

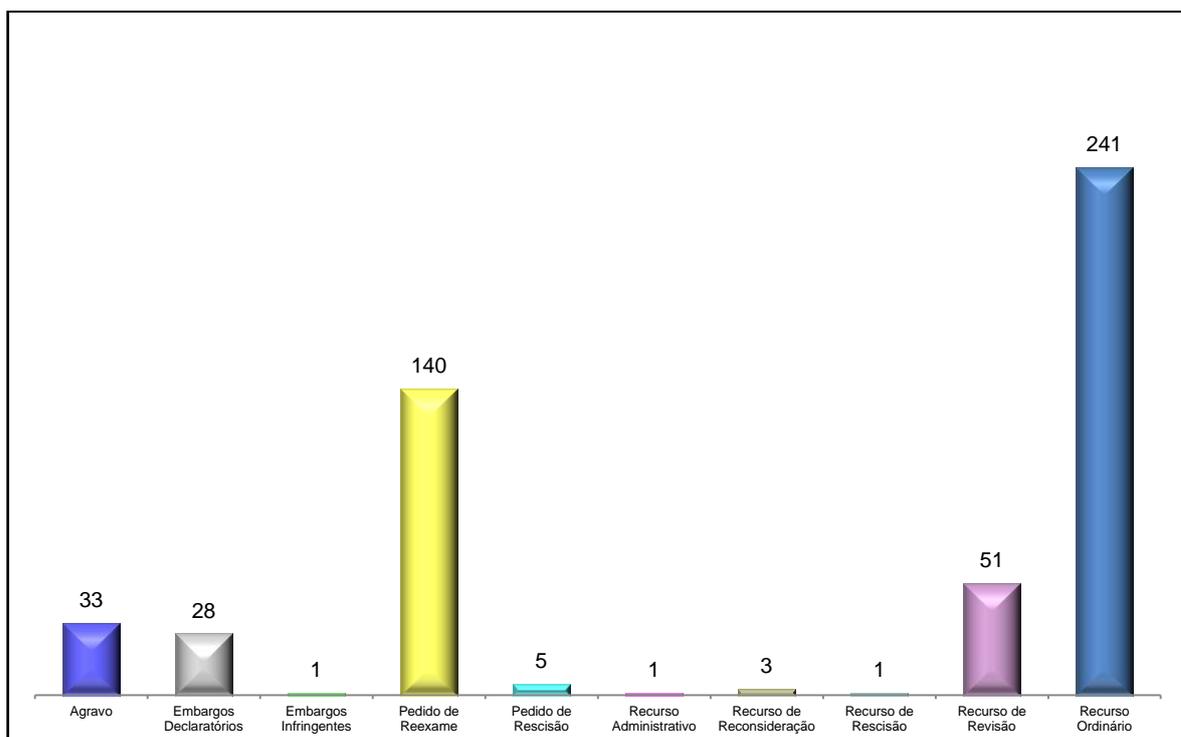
- recurso ordinário;
- agravo;
- embargos de declaração;
- pedido de reexame.

Nos termos do art. 325 do Regimento Interno, poderão interpor recurso:

- os responsáveis pelos atos impugnados;
- os interessados, desde que alcançados pela decisão ou que demonstrem razão legítima para intervir no processo;
- o Ministério Público junto ao Tribunal.

No exercício de 2015, foram deliberados 504 (quinhentos e quatro) recursos, conforme registrado no Gráfico 5.

GRÁFICO 5 - Recursos Deliberados

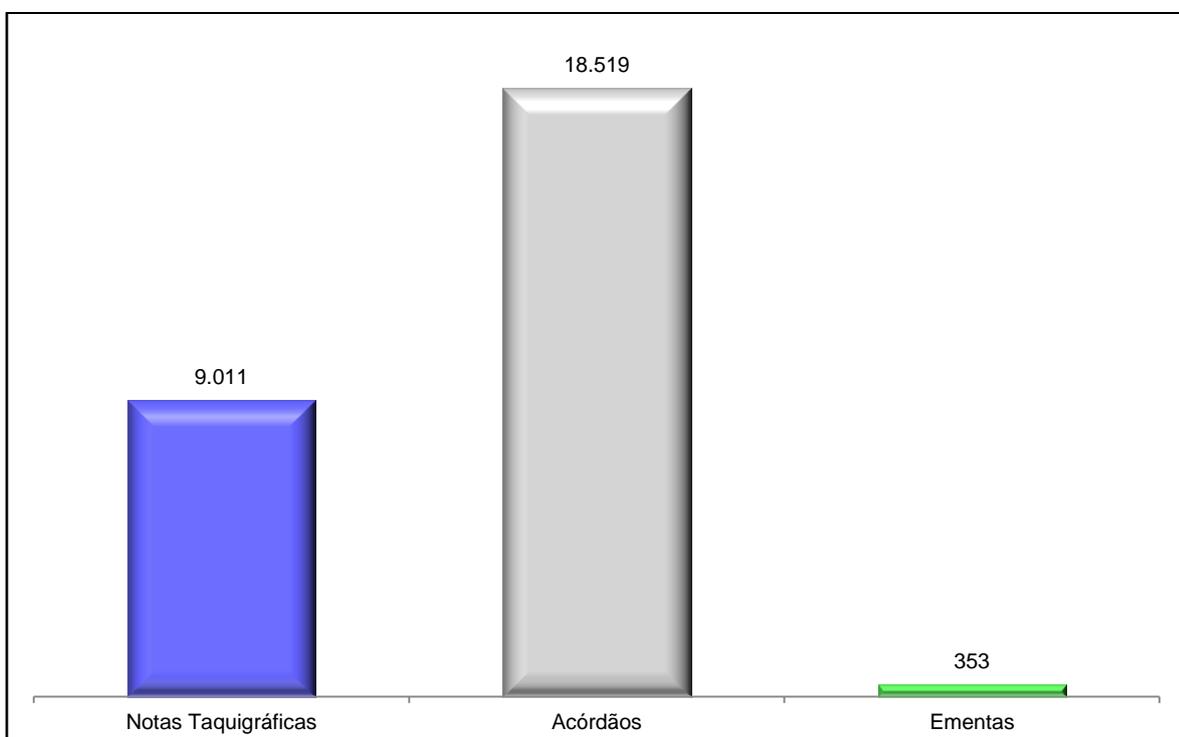


Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

5.10 Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados

Foram emitidas, no exercício de 2015, 9.011 (nove mil e onze) notas taquigráficas, publicados 18.519 (dezoito mil, quinhentos e dezenove) acórdãos e 353 (trezentas e cinquenta e três) ementas, sendo que 21 (vinte e uma) se referem a parecer em consulta e 332 (trezentas e trinta e duas) a parecer prévio.

GRÁFICO 6 - Notas Taquigráficas Emitidas, Acórdãos e Ementas Publicados



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

5.11 Certidões

No exercício de 2015, foram emitidas 2.267 (duas mil, duzentas e sessenta e sete) certidões, conforme especificado na Tabela 33.

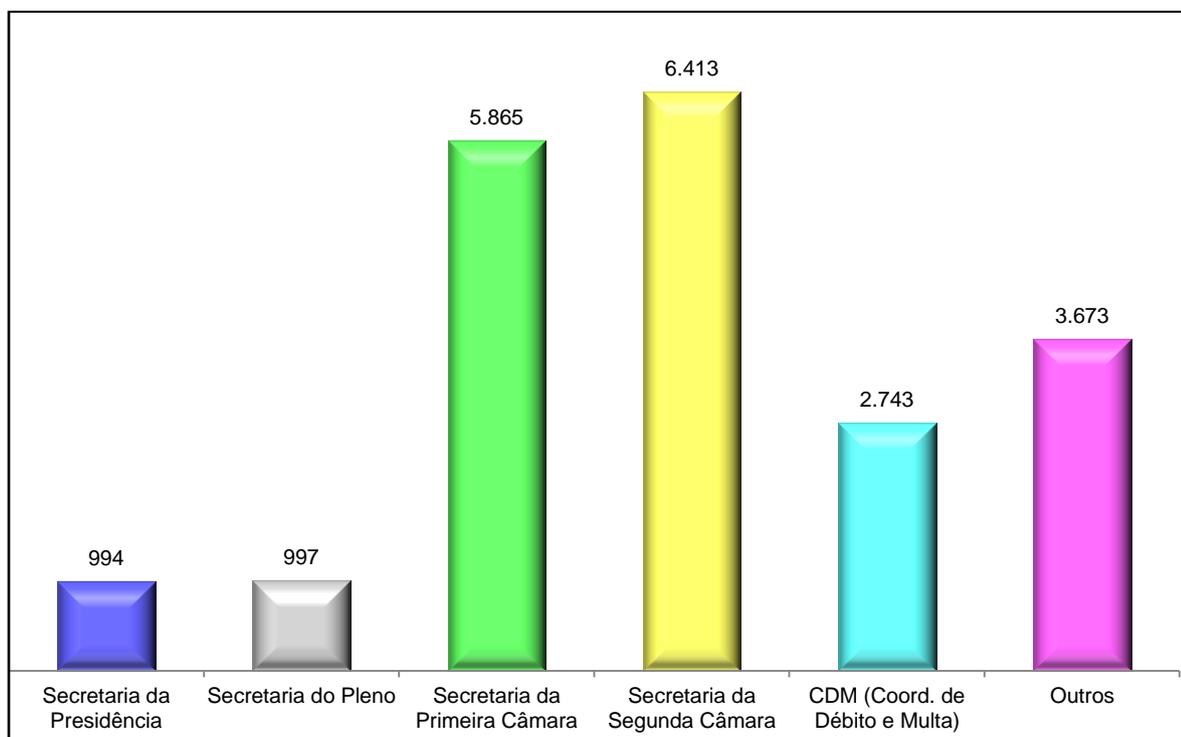
TABELA 33 - Certidões Emitidas

Forma/Finalidade	Sec. Pleno	Sec. Primeira Câmara	Sec. Segunda Câmara	DCEM	DCEE	Total
Inteiro teor	-	-	44	-	-	44
Para instrução de recurso	542	23	-	-	-	565
Para atendimento aos Jurisdicionados						
- Saúde/Ensino	-	-	-	476	-	1.215
- Pessoal	-	-	-	127	-	
- FUNDEB	-	-	-	130	-	
- Limites LRF (Gestão Fiscal)	-	-	-	482	-	
Para contratação de operações de crédito e celebração de convênios pelos Municípios	-	-	-	304	-	304
Para contratação de operações de crédito da Dívida Interna e Externa	-	-	-	-	2	2
Outras certidões	53	1	-	83	-	137
Total	595	24	44	1.602	2	2.267

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

5.12 Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas

GRÁFICO 7 - Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

6 PRINCIPAIS PARCERIAS FIRMADAS

Visando ao aprimoramento do controle externo, o Tribunal de Contas realizou parcerias com outros órgãos e instituições, a saber:

- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, objetivando o intercâmbio e a cooperação técnica, visando à disponibilização, em caráter personalíssimo e intransferível, do uso do Sistema MapJuris – Mapeamento e Sistematização da Jurisprudência de propriedade única e exclusiva do Tribunal.
- Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, objetivando a divulgação, a implantação e o desenvolvimento do Projeto Cidade mais Acessível.
- Convênio celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, objetivando a cooperação e o intercâmbio de inteligência na área de tecnologia da informação nas atividades de desenvolvimento de sistemas, ambiente operacional e comunicação de dados.
- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – ASSCONTAS, objetivando a conjugação de esforços para a realização da 3ª Conferência de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, entre os dias 6 e 8 de maio de 2015.
- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, objetivando o fornecimento mensal, pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça, dos fatores de atualização monetária aplicáveis aos processos judiciais em curso na Justiça Estadual de Minas Gerais.

- Termo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, objetivando a conjugação de esforços entre os partícipes, mediante ações institucionais e ações conjuntas de orientação aos gestores públicos com o objetivo de tornar mais célere e eficaz a recomposição das receitas públicas.
- Convênio celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a Fundação João Pinheiro, objetivando a disponibilização de acesso mútuo às informações públicas, constantes em seus Bancos de Dados, relativas aos Municípios e ao Estado, incluindo toda a administração direta e indireta desses entes e apoio da Fundação na elaboração de indicadores.
- Termo de Cooperação e Adesão à Rede IP Multisserviços do Estado de Minas Gerais, celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE, objetivando a cooperação entre os partícipes para possibilitar ao Tribunal compartilhar dos serviços de tecnologia de informação e da infraestrutura disponibilizados pela Rede IP Multisserviços.
- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, objetivando o intercâmbio e cooperação técnica entre os partícipes, visando à disponibilização, pelo TCEMG, do uso do Sistema MapJuris – Mapeamento e Sistematização da Jurisprudência.
- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais – OAB/MG, objetivando o desenvolvimento em conjunto do Programa “Ponto de Expressão” para realização periódica de mesas redondas gratuitas para discussão de um tema atual de Direito Público.
- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, objetivando a cooperação e intercâmbio de serviços de inteligência entre os partícipes na área da tecnologia da informação e a disponibilização, pelo TCEMG ao TCEES, do sistema informatizado

Fiscalização dos Atos de Pessoal – FISCAP, módulo de aposentadorias e pensão.

- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES/MG), o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) e a Fundação Arthur Bernardes (Funarbe), objetivando a descentralização de créditos orçamentários para a execução técnica do projeto “DESENVOLVIMENTO DO DATAVIVA 3: Evolução da Ferramenta para Planejamento Estratégico do Desenvolvimento Econômico, do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia e Visualização de Dados do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais”.
- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG – e o Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, objetivando a cooperação para compartilhamento de soluções em tecnologia da informação entre os partícipes e a cessão, pelo TCEMG ao TCDF, do Sistema Informatizado da Ouvidoria – SIGAOUV.

7 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

7.1 Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo”

A Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, instituída pela Resolução nº 5, de 10 de agosto de 1994, tem a missão de promover, por meio de ações de capacitação, o desenvolvimento profissional dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a difusão do conhecimento aos jurisdicionados, contribuindo para a efetividade do controle externo da gestão dos recursos públicos.

A sua principal atividade de capacitação é o Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, que tem como principal objetivo assegurar a formação multidisciplinar aos técnicos e oficiais do TCEMG, proporcionando conhecimentos e habilidades específicos ao aperfeiçoamento do controle externo, além de conscientizar os servidores sobre a importância de uma atuação transparente e responsável.

7.2 Eventos Internos e Externos

Nas Tabelas 34 e 35 estão registrados alguns dos eventos internos e externos que ocorreram no período.

TABELA 34 - Eventos Internos

(continua)

Eventos	Participantes
Apresentação do Plano Estratégico e Resultados.	100 servidores
Curso "Avaliação de Políticas Públicas".	20 servidores
Curso "Estatística Descritiva Aplicada à Avaliação de Políticas, Programas e Empreendimentos Públicos".	1 servidor
Curso "Prática de Redação de Ementa Jurisprudencial".	131 servidores
Curso de Brigada de Incêndio.	112 servidores
Curso de Excel.	47 servidores
Curso de Métrica.	1 servidor

TABELA 34 - Eventos Internos

(continua)

Eventos	Participantes
Curso de PowerPoint.	15 servidores
Curso de Word Intermediário.	16 servidores
Gestão de Recursos Hídricos.	6 servidores
I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas.	127 participantes
I Encontro Técnico entre a Associação dos Municípios Mineradores – AMIG – e o TCEMG.	110 jurisdicionados
II Jornada de Contabilidade Pública.	87 participantes
II Jornada de Contabilidade Pública.	7 servidores
III Conferência de Controle Externo do TCEMG.	3.242 jurisdicionados
III Conferência de Controle Externo do TCEMG.	125 servidores
Palestra "Cidadania, Ética e Senso de Serviço Público".	100 servidores
Palestra "Ética no Serviço Público".	2 servidores
Palestra "Gerenciamento das Emoções, Qualidade de Vida e Melhoria nas Relações".	300 servidores
Palestra "Gestão de Resíduos Sólidos".	62 servidores
Palestra "Gestão do Conhecimento".	100 servidores
Palestra "Projeto Cidade Mais Acessível".	10 participantes
Palestra "Projeto Cidade Mais Acessível".	10 servidores
Palestra sobre Auditoria Operacional.	3 servidores
Ponto de Expressão – Julgamento das Contas Públicas pelas Casas Legislativas.	207 participantes
Ponto de Expressão – Novo Marco Regulatório do Terceiro Setor.	119 participantes
Ponto de Expressão – Novo Marco Regulatório do Terceiro Setor.	6 servidores
Ponto de Expressão – Terceirização no Setor Público.	136 participantes
Ponto de Expressão – Terceirização no Setor Público.	6 servidores
Ponto de Expressão – Transferência dos Ativos da Iluminação Pública.	326 participantes
Programa de Capacitação Permanente de Gestores: Projeto Gestores em Ação.	168 servidores
Projeto Conhecer – Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.	79 participantes
Projeto Conhecer – Faculdade Cenecista.	30 participantes
Projeto Conhecer – Faculdade ISEIB.	10 participantes
Projeto Conhecer – Parlamento Jovem de Itabira.	30 participantes
Projeto Conhecer – PUC Minas.	52 participantes
Projeto Conhecer – Universidade Estácio de Sá.	25 participantes
Projeto Conhecer – Universidade Federal de Lavras.	44 participantes
Projeto Ética na Corte de Contas – Conheço, Pratico e Divulgo – Palestra "Ética, Gestão e Poder".	54 servidores
Projeto Gestores em Ação – Liderando – Multiplicando e Desenvolvendo.	1 servidor
Seminário "Fiscalização dos Contratos de Iluminação Pública".	24 servidores

TABELA 34 - Eventos Internos

(conclusão)

Eventos	Participantes
Treinamento "Intranet 2.0".	35 servidores
Treinamento Inicial no "Módulo Gabinetes" da Pauta Eletrônica via SGAP.	60 servidores

Fonte: Relatórios Estatísticos da Corregedoria.

TABELA 35 - Eventos Externos

(continua)

Eventos	Participantes
Alianças Público-Privadas para o Desenvolvimento: Implementando Soluções no Brasil (Curso Online).	8 servidores
Ciclo de Estudos sobre o Novo CPC.	1 servidor
Conferência "Governança do Solo".	1 servidor
Congresso Jurídico "Os Novos Paradigmas do Direito Processual Civil".	1 servidor
Curso "Aterros Sanitários".	3 servidores
Curso "Avaliação de Procedimentos de Controle Interno".	2 servidores
Curso "Como Elaborar a Planilha de Formação de Preços da IN nº 02/08 e como julgar a Licitação para Contratação dos Serviços Contínuos".	2 servidores
Curso "Dispensa e Inexigibilidade de Licitação – Formalização e Gestão dos Contratos Decorrentes de Contratação Direta".	1 servidor
Curso "Elaboração de Planilhas de Orçamento de Obras com o Novo SINAPI".	3 servidores
Curso "Gestão e Apuração da Ética Pública".	1 servidor
Curso "Gestão Orçamentária e Financeira".	1 servidor
Curso "Indexação de Assuntos de Documentos Jurídicos: Conceitos, Teorias, Metodologias, Práticas e Tendências".	2 servidores
Curso "Lei Anticorrupção e Compliance nas Empresas".	2 servidores
Curso "Plano de Contas aplicado à Contabilidade Pública".	3 servidores
Curso "Previdência e Cálculo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos".	4 servidores
Educação e Cidadania Fiscal.	500 participantes
Educação e Cidadania Fiscal.	2 servidores
Encontro Técnico Nacional de Auditoria de Obras Públicas.	2 servidores
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 – Gestão Orçamentária e Responsabilidade Fiscal – 1º Encontro Regional – Jequitinhonha, Rio Doce e Mucuri.	208 jurisdicionados
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 – Gestão Orçamentária e Responsabilidade Fiscal – 2º Encontro Regional – Sul e Sudoeste de Minas.	177 jurisdicionados
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 – Gestão Orçamentária e Responsabilidade Fiscal – 3º Encontro Regional – Zona da Mata e Campos das Vertentes.	156 jurisdicionados
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 – Gestão Orçamentária e Responsabilidade Fiscal – 4º Encontro Regional – Norte.	160 jurisdicionados

TABELA 35 - Eventos Externos

(continua)

Eventos	Participantes
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 – Gestão Orçamentária e Responsabilidade Fiscal – 5º Encontro Regional – Noroeste.	115 jurisdicionados
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 – Gestão Orçamentária e Responsabilidade Fiscal – 6º Encontro Regional – Central Mineira, Metropolitana de BH e Oeste de Minas.	461 jurisdicionados
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 – Tribunal de Contas e a Sociedade – 1º Encontro Regional – Zona da Mata.	212 jurisdicionados
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 – Tribunal de Contas e a Sociedade – 1º Encontro Regional – Zona da Mata.	2 servidores
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 – Tribunal de Contas e a Sociedade – 2º Encontro Regional – Sul e Sudoeste de Minas.	353 jurisdicionados
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 – Tribunal de Contas e a Sociedade – 2º Encontro Regional – Sul e Sudoeste de Minas.	1 servidor
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 – Tribunal de Contas e a Sociedade – 3º Encontro Regional – Norte e Noroeste de Minas.	324 jurisdicionados
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 – Tribunal de Contas e a Sociedade – 3º Encontro Regional – Norte e Noroeste de Minas.	3 servidores
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 – Tribunal de Contas e a Sociedade – 4º Encontro Regional – Jequitinhonha, Rio Doce e Mucuri.	252 jurisdicionados
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 – Tribunal de Contas e a Sociedade – 5º Encontro Regional – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.	247 jurisdicionados
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 – Tribunal de Contas e a Sociedade – 6º Encontro Regional – Central e Centro-Oeste de Minas.	324 jurisdicionados
I Fórum de Melhores Práticas em Concursos Públicos.	1 servidor
I Semana Contábil Fiscal de Estados e Municípios.	5 servidores
I Treinamento do Marco de Medição do Desempenho – Qualidade e Agilidade dos TC's – MMD – QATC.	2 servidores
II Encontro do II Módulo de Capacitação Continuada de Conselheiros.	1 servidor
II Seminário Nacional Sobre Combate a Corrupção e a Lavagem de Dinheiro – Fraudes e Crimes em Licitações e Contratos.	1 servidor
III Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios.	2 servidores
IV Seminário Internacional de Contabilidade.	13 servidores
IX Congresso Mineiro de Direito Administrativo.	33 servidores
Jornada Científica do IRB – Organizações da Sociedade Civil/OSC.	57 jurisdicionados
Jornada Científica do IRB – Organizações da Sociedade Civil/OSC.	49 servidores
Orçamento Público e Colegiados.	43 participantes
Orçamento Público e Colegiados.	1 servidor
Retenções Previdenciárias.	4 servidores
RP GOV – Noções de Responsabilidade Fiscal.	2 servidores
Semana do Consumo Sustentável.	4 servidores

TABELA 35 - Eventos Externos

(conclusão)

Eventos	Participantes
Seminário da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação.	5 servidores
Seminário de Agentes Controladores – Lei Anticorrupção.	2 servidores
Seminário Estadual de Educação Fiscal.	1 servidor
Seminários Regionais de Ouvidoria Pública – Região Sudeste.	15 servidores
Treinamento "Capacitação e Formação de Pregoeiros e Sistema de Registro de Preços".	2 servidores
V Congresso Internacional de Direito Processual.	1 servidor
VII Seminário da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação – RBMA – Diversidade na avaliação: múltiplos olhares e abordagens.	1 servidor
VIII Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria da Administração Pública.	3 servidores
X Congresso Brasileiro de Controle Interno e Externo – Coninter.	1 servidor
X Convenção de Contabilidade de Minas Gerais.	2 servidores
XI Congresso Brasileiro de Licitações, Contratos e Compras Governamentais.	1 servidor
XI Encontro Nacional de Secretariado da Administração Pública.	2 servidores
XI Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública.	6 servidores
XIII Fórum Brasileiro de Contratação & Gestão Pública.	6 servidores
XV Congresso Brasileiro de Direito do Estado.	2 servidores
XXI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos.	2 servidores
XXIX Congresso Brasileiro de Direito Administrativo.	3 servidores
XXVIII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil.	29 servidores
XXXIX Encontro da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD.	2 servidores

Fonte: Relatórios Estatísticos da Corregedoria.

No exercício de 2015, foram capacitados 1.761 (um mil, setecentos e sessenta e um) servidores, 6.398 (seis mil, trezentos e noventa e oito) jurisdicionados e 1.825 (um mil, oitocentos e vinte e cinco) participantes externos, totalizando 9.984 (nove mil, novecentas e oitenta e quatro) capacitações.

8 DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

Todo cidadão tem direito ao acesso à informação produzida, guardada e gerenciada pelos órgãos públicos. Esse direito é assegurado pela Constituição da República e, agora, seu exercício foi regulamentado pela Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/2011.

A informação, ao ser disponibilizada, permite ao cidadão fiscalizar de forma permanente a aplicação dos recursos públicos.

Nessa esteira e atento ao princípio da publicidade dos atos da Administração Pública, previsto no art. 37 da Constituição da República, e ao cumprimento do objetivo estratégico “Aprimorar e ampliar a comunicação com a sociedade”, o Tribunal de Contas fornece aos cidadãos informações relativas às suas atividades, utilizando, para isso, diferentes canais de comunicação.

8.1 Portal do TCEMG na Internet

TABELA 36 - Portal

Tipo	Quantidade
Notícias publicadas	385
<i>Downloads</i> de programas do TCEMG	1.696
Visualizações de páginas	1.850.377

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

8.2 Serviços e Sistemas Informatizados

TABELA 37 - Serviços e Sistemas Informatizados

(continua)

Serviço/Sistema	Especificação
Biblioteca	A Biblioteca Conselheiro Aloysio Alves da Costa tem como objetivo prioritário apoiar os diversos setores do Tribunal de Contas no cumprimento de seus fins, constitucionalmente estabelecidos.
Biblioteca/Acervo	O acervo da Biblioteca do Tribunal de Contas é especializado na área jurídica e contábil, mas abrange um número significativo de publicações em outras áreas do conhecimento.
CNJ	Certidão de Contas - Permite a emissão e a verificação de autenticidade de certidões. É válida somente para pessoas físicas que possuam CPF.
Conferência de Assinatura	Verifica a autenticidade da assinatura de documentos assinados eletronicamente.
Consulta a Documentos Processuais	Possibilita a consulta a documentos processuais no Portal do TCEMG.
Consultas	Disponibiliza as Consultas respondidas pelo TCEMG.
e-Consulta	Sistema de Consulta Eletrônica que permite o recebimento dos questionamentos enviados pelos consulentes e toda a tramitação interna dos processos de Consulta por meio digital.
Escola de Contas	A Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo é responsável por promover, por meio de ações de capacitação, o desenvolvimento profissional dos servidores do TCEMG e a difusão de conhecimento aos jurisdicionados.
Fale com o TCE	Canal de Comunicação com o cidadão/jurisdicionado.
FISCAD	Fiscalização de Atos de Admissão.
FISCAP	Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal.
FISCOPA	Sistema de Fiscalização e Controle dos Gastos Públicos na Organização da Copa do Mundo de 2014.
Geo-Obras	Sistema de Informações Geográficas para gerenciar as informações das obras executadas por órgãos das esferas estadual e municipal.
LEGISCAM	Remessa de Atos de Fixação dos Subsídios do Legislativo Municipal.
Legislação Municipal - IN nº 5/2000	Permite a remessa de informações necessárias à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, das Administrações Direta e Indireta dos Municípios.
MapJuris	Mapeamento e Sistematização da Jurisprudência do TCEMG.
minasdeolhonacopa	Site que permite ao cidadão acompanhar e auxiliar o TCEMG – um dos órgãos responsáveis pela fiscalização dos recursos referentes à organização e à realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de 2014, em Minas Gerais – em seu compromisso constitucional no exercício do controle externo.
Ouvidoria	Espaço de interlocução entre o Tribunal de Contas e o cidadão para receber sugestões, críticas, reclamações, elogios ou pedidos de esclarecimentos a respeito dos serviços prestados pela Instituição.

TABELA 37 - Serviços e Sistemas Informatizados

(conclusão)

Serviço/Sistema	Especificação
Portal do Servidor	Portal que disponibiliza ao servidor informações cadastrais, funcionais e de pagamento.
PUSH	Envio de Informação Processual.
Recadastramento de Aposentados e Pensionistas	Sistema de recadastramento de aposentados e pensionistas que integram a folha de pagamento de pessoal do TCEMG, que tem por objetivo manter a base de dados cadastral atualizada.
SEC	Sistema de Emissão de Certidão.
SECMULTAS	Banco de dados unificado da Coordenadoria de Débito e Multa, responsável pelo gerenciamento, no âmbito administrativo, dos débitos imputados e das multas aplicadas pelo Tribunal.
SGI	Sistema de Gestão de Identidade.
SIACE LRF	Sistema informatizado de Apoio ao Controle Externo/Lei de Responsabilidade Fiscal.
SIACE PCA	Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo/Prestação de Contas Anual.
SIACE PCA Lei nº 6.404/76	Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo/Prestação de Contas Anual - Entidades de Direito Privado regidas pela Lei nº 6.404/76.
SIACE PCA X SIACE LRF	Relatório Comparativo do SIACE/PCA X SIACE/LRF que demonstra o paralelo entre os dados enviados, pelas Prefeituras Municipais, nas prestações de contas anuais e nos relatórios pertinentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, por meio dos sistemas SIACE/PCA e SIACE/LRF.
SICAM	Sistema Informatizado de Contas para Câmaras Municipais.
SICOM	Sistema Informatizado de Contas Municipais.
SICOM Consulta	Sistema Informatizado de Contas Municipais.
SICOP	Sistema de Controle de Licitações, Contratos, Convênios, Adiantamentos e Prestações de Contas.
SIDE	Demonstrativos do Ensino.
SIGMAT	Cadastro de Fornecedores e Coleta de Preços.
TCJuris	Ferramenta de pesquisa livre de julgados.
TCLegis	Sistema Integrado de Pesquisa.

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

8.3 Intranet

TABELA 38 - Intranet

Tipo	Quantidade
Notícias publicadas	691
Visualizações de páginas	783.265

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

8.4 Redes Sociais (Twitter e Facebook)

As notícias de maior repercussão no período estão relacionadas na Tabela 39.

TABELA 39 - Notícias de Maior Repercussão

(continua)

Notícias
1ª Câmara libera concurso em Monte Carmelo e suspende licitações em quatro municípios.
1ª Câmara multa diretores da Fundasus de Uberlândia que descumpriram determinação do Tribunal.
Abertura das inscrições para o I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas.
Assessor fala sobre procedimentos patrimoniais em evento sobre contabilidade pública.
Atenção Prefeitos! Confira a lista dos municípios que ainda não preencheram o questionário do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM.
Cargo de técnico em Farmácia é excluído de concurso público em Cruzília.
Compra de medicamentos por preços superiores aos das tabelas da Anvisa.
Conheça a cartilha As Micro e Pequenas Empresas e a Nova Lei de Licitações Públicas (Lei Complementar nº 147), elaborada pelo Sebrae-MG em parceria com o TCEMG.
Conselheiro conquista título de mestre em direito pela UFMG.
Conselheiro Sebastião Helvecio é reeleito presidente do IRB no Congresso dos Tribunais de Contas.
Diretoria de Controle Externo dos Municípios inicia execução de auditorias nas prefeituras e órgãos sorteados.
Ex-prefeito terá que devolver mais de R\$ 100 mil aos cofres públicos por contratação antieconômica.
Gabarito definitivo da prova objetiva para Auditor do TCEMG.
Informativo de Jurisprudência: STF - Administração Pública e princípio da intranscendência.
Legalidade da cobrança de honorários de sucumbência por parte dos procuradores.
Lei Orgânica do Município, de origem do Poder Legislativo, que determina a criação de “orçamento impositivo” é inconstitucional (TJMG).
Monitoramento do Programa "Saneamento para todos" - Monitoramento nº 888.179.
Multados 184 gestores que não enviaram informações mensais pelo SICOM.
O atraso na execução de obras públicas é ocorrência de extrema gravidade, sendo cabível, quando a Administração dá causa ao descumprimento dos prazos, a apuração de responsabilidades dos gestores (TCU).
O pagamento de adicional de insalubridade sem comprovação da exposição ao ambiente insalubre é ilegal.
Os tribunais de contas brasileiros e as licitações sustentáveis - Pedro Henrique Magalhães Azevedo.
Para Sebastião Helvecio, a má gestão é uma apropriação indevida do futuro.
Prestação de contas sem erro com a ajuda do TCE (Entrevista do presidente do TCE, Sebastião Helvecio).
Primeira plenária do Presidente Sebastião Helvecio aprova plano de ação para monitoramento do Programa Saúde da Família - PSF em Minas.
Suspensa licitação de transporte coletivo de São João del Rei no valor R\$ 115 milhões.

TABELA 39 - Notícias de Maior Repercussão

(conclusão)

Notícias
TCEMG implanta processo de Consulta totalmente eletrônico.
TCEMG multa prefeitos que enviaram dados de prestações de contas em branco.
TCU – A entidade contratada por dispensa de licitação deve comprovar capacidade para a execução do objeto.
TCU – No pregão, não é possível a desistência da oferta.
TJMG – Discricionariedade da Administração Pública quanto ao momento de nomeação de candidato aprovado em concurso público.
Tribunal de Contas multa 53 prefeitos que não prestaram contas.
Tribunal sedia seminário sobre transferência dos ativos da Iluminação Pública.

Fonte: Coordenadoria de Publicidade e Marketing.

8.5 Informativo de Jurisprudência

TABELA 40 - Atividades Relacionadas ao Informativo de Jurisprudência

Atividade	Quantidade
Acessos ao Informativo via Portal do Tribunal	144.002
Total de cadastrados para recebimento do Informativo por <i>e-mail</i> até dezembro de 2015	5.310

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

8.6 Revista do Tribunal de Contas

TABELA 41 - Atividades Relacionadas à Revista

Atividade	Quantidade
Revistas distribuídas	6.803
Acessos à Revista do Tribunal	7.352
Total de cadastrados para receber a <i>newsletter</i> da Revista por <i>e-mail</i> até dezembro de 2015	2.907

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

8.7 Biblioteca Aloyzio Alves da Costa

TABELA 42 - Atividades Relacionadas à Biblioteca

Natureza	Quantidade
Atendimento ao público interno/externo	1.931
Empréstimos de publicações	5.690
Acessos <i>on-line</i> à Biblioteca	105.223
Acessos ao TCEgis	91.317

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

8.8 Central de Relacionamento com os Jurisdicionados (CRJ)

TABELA 43 - atendimentos Realizados pela CRJ - Por Requerente

Requerente	Quantidade	%
Prefeituras Municipais	6.264	59,45%
Câmaras Municipais	2.051	19,46%
Entidades Municipais	1.442	13,69%
Entidades Estaduais	623	5,91%
Consórcios Públicos	13	0,12%
Outros	144	1,37%
Total	10.537	100,00%

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

TABELA 44 - atendimentos Realizados pela CRJ - Por Assunto

Assunto	Quantidade	%
Certidão de Contas	8	0,08%
Certificado Digital	67	0,64%
CRJ – Central de Relacionamento com os Jurisdicionados	114	1,08%
e-Formulário	30	0,28%
e-Petição	157	1,49%
FISCAD	7	0,07%
FISCAP	1.174	11,14%
Geo-Obras	373	3,54%
Minas Transparente	138	1,31%
Remessa Atos de Fixação Legislativos	6	0,06%
Remessa de Legislação	28	0,26%

(continua)

TABELA 44 - Atendimentos Realizados pela CRJ - Por Assunto

		(conclusão)	
Assunto	Quantidade	%	
SEC – Certidão Eletrônica	6	0,06%	
SGI – Sistema de Gestão de Identidade	1.610	15,28%	
SIACE LRF	1.347	12,78%	
SIACE PCA	100	0,95%	
SICOM – Sistema Informatizado de Contas Municipais	5.131	48,69%	
Outros	241	2,29%	
Total	10.537	100,00%	

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

9 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

A Tabela 45 demonstra a distribuição do orçamento do Tribunal de Contas e a sua execução por grupo de despesa no exercício de 2015.

TABELA 45 - Execução Orçamentária

Em R\$ 1,00

Discriminação	Crédito Autorizado	Despesa Empenhada	Percentual de Execução
Pessoal e Encargos Sociais	609.112.899,00	569.687.120,29	93,53%
Outras Despesas Correntes	63.365.332,00	60.988.220,72	96,25%
Investimentos	12.570.000,00	11.000.000,00	87,51%
Total	685.048.231,00	641.675.341,01	93,67%

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

10 CONTROLE INTERNO

A Controladoria Interna, unidade vinculada à Presidência, integra o Sistema de Controle Interno do Tribunal de Contas e tem a função de efetivar a gestão do controle interno dentro do TCEMG.

Além da Controladoria Interna, integram o Sistema de Controle Interno as demais unidades pertencentes à estrutura organizacional do Tribunal de Contas. Todas as unidades deverão utilizar, em suas atividades e operações, o controle interno como ferramenta de trabalho, aplicada de forma prévia, concomitante e/ou subsequente para enfrentar os riscos e fornecer razoável segurança na consecução da missão constitucional do órgão.

O art. 16 do Anexo II da Resolução nº 2, de 25 de fevereiro de 2015, estabelece as atribuições da Controladoria Interna:

I - elaborar, planejar e submeter à apreciação do Presidente, até o final do primeiro trimestre de cada exercício, seu Plano Anual de Atividades;

II - executar atividades de controle relativas à gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional do Tribunal;

III - avaliar as práticas operacionais das unidades que integram a estrutura organizacional do Tribunal;

IV - executar outras competências correlatas descritas em atos normativos próprios;

V - elaborar o relatório de Controle Interno que irá compor a Prestação de Contas Anual a ser apresentada à Assembleia Legislativa.

A Controladoria Interna desenvolve suas ações dentro de um plano organizacional dinâmico, incluindo metodologias, procedimentos e medidas que proporcionem uma segurança razoável de que os objetivos e metas da Instituição sejam alcançados, observados os princípios da legalidade, legitimidade, eficácia, eficiência e economicidade, em cumprimento das obrigações de *accountability* e em

consonância com as diretrizes estabelecidas pelas normas da *INTOSAI – International Organization of Supreme Audit Institutions*.

As atividades da Controladoria Interna são desenvolvidas em consonância com as atribuições e competências estabelecidas na Resolução nº 7, de 12 de maio de 2010, e na Resolução nº 2, de 25 de fevereiro de 2015, e buscam promover a participação integrada dos gestores de cada unidade com este setor, associada a um processo de mudança de cultura em relação à atuação do controle interno. Para isso, procuram favorecer a adoção de rotinas e a melhoria do autocontrole afetas a cada uma das unidades, contribuindo, dessa forma, para maior efetividade no alcance das metas definidas pelo Tribunal.

10.1 Atividades Desenvolvidas

Em conformidade com o Plano Diretor e com o Plano Anual de Controle Interno, a Controladoria Interna do Tribunal de Contas realizou várias atividades no exercício de 2015, das quais se destacam as relacionadas na Tabela 46.

TABELA 46 - Atividades Desenvolvidas - Controladoria Interna

(continua)

Atividades
Elaboração do Relatório de Controle Interno que integrou a Prestação de Contas do TCEMG, relativa ao exercício de 2014, para encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 74 da CR/88, arts. 73 e 74 da CE/89, art. 4º, inc. VIII do RITCMG e art. 10 da IN nº 14/2011.
Verificação e manifestação acerca das informações lançadas no Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal – FISCAP relativas aos atos concessórios de aposentadoria dos servidores do Tribunal de Contas.
Elaboração e encaminhamento, para análise, à Assessoria da Presidência da Proposta para Padronização de Procedimentos para Elaboração da Prestação de Contas Anual do TCEMG.
Reunião com a Diretora Administrativa e o Coordenador de Transportes, gestores anterior e atual, para verificação da efetividade das recomendações do Parecer Conclusivo de Auditoria Interna realizada na Coordenadoria de Transportes do TCEMG.
Reuniões com os gestores de contratos vigentes no TCE para dar ciência sobre atribuições desta Controladoria criadas pela Portaria nº 20/PRES./15.
Acompanhamento da liquidação de contratos e recebimento de objetos, nos termos do art. 1º da Portaria nº 20/PRES./15, objetivando o controle, bem como a redução da vulnerabilidade aos riscos inerentes à gestão do Tribunal.
Elaboração e encaminhamento do Plano Anual de Atividades de Controle Interno, em atendimento ao disposto no art. 16, I, da Resolução nº 02/2015 e ao art. 10, XII, da Resolução nº 07/2010.

TABELA 46 - Atividades Desenvolvidas - Controladoria Interna

(continua)

Atividades
Elaboração e encaminhamento do Plano Diretor de Controle Interno – 2015 a 2016.
Participação na reunião mensal do Grupo de Estudo para implantação do Sistema de Custos do TCEMG – TCSIC.
Reunião com o Coordenador de Estudo e Pesquisa para o Controle Externo, sobre o Projeto de Pesquisa a respeito do Controle Interno dos jurisdicionados.
Reunião com o Consultor da Fundação Dom Cabral sobre o planejamento das áreas do TCEMG.
Verificação do cumprimento dos prazos de divulgação das informações disponibilizadas no “Portal Transparência” do TCEMG.
Reunião com o Consultor da Fundação Dom Cabral sobre o planejamento estratégico das áreas do TCEMG.
Desenvolvimento do estudo sobre planejamento estratégico – área Controladoria Interna.
Reunião sobre o Projeto Gestores em Ação – Liderando, Multiplicando e Desenvolvendo.
Reunião com a Diretora de Administração, Coordenadora de Licitações e Analista de Sistemas da DTI para alinhamento e definições do fluxo do Sistema de Licitações e Contratações – SILIC.
Reunião para implantação do Projeto do Marco de Medição do Desempenho - Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas do Brasil (MMD - QATC).
Reunião de Monitoramento do Marco de Medição do Desempenho - Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas do Brasil (MMD - QATC): Avaliação do levantamento das informações.
Verificação e manifestação acerca das informações lançadas no Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal – FISCAP relativas aos atos concessórios de aposentadoria dos servidores do Tribunal de Contas.
Análise do Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2015.
Monitoramento da Auditoria realizada na Coordenadoria de Transportes.
Monitoramento da Auditoria realizada na Coordenadoria de Compras.
Elaboração do questionário a ser aplicado aos jurisdicionados para realização de diagnóstico da situação dos controles internos municipais.
Monitoramento do questionário sobre diagnóstico da situação dos controles internos municipais.
Acompanhamento da liquidação de contratos e recebimento de objetos, nos termos do art. 1º da Portaria nº 20/Pres./15, objetivando o controle, bem como reduzir a vulnerabilidade aos riscos inerentes à gestão do Tribunal.
Vistoria <i>in loco</i> de bens móveis e de materiais inservíveis com elaboração de expediente opinativo, a pedido da Coordenadoria de Patrimônio.
Elaboração do Programa de Auditoria a ser realizada na Coordenadoria de Contratos.
Reunião com a Diretora de Administração e Coordenadora de Contratos para apresentação da equipe de avaliação dos controles internos a ser realizada na Coordenadoria de Contratos.
Início da Auditoria na Coordenadoria de Contratos: Avaliação dos controles internos.
Participação na reunião mensal do Grupo de Estudo para implantação do Sistema de Custos do TCEMG – TCSIC.
Análise de contratos do TCEMG.
Verificação do cumprimento dos prazos de divulgação das informações disponibilizadas no “Portal Transparência” do TCEMG.
Visita técnica realizada ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

TABELA 46 - Atividades Desenvolvidas - Controladoria Interna

(continua)

Atividades
Reunião com APDO, Corregedoria e Presidência para tratar da Prestação de Contas de 2015.
Reunião com APDO e QUALI sobre elaboração de manual pelas unidades do TCE.
Apresentação sobre a Controladoria no Projeto Gestores em Ação - Liderando, Multiplicando e Desenvolvendo.
Elaboração e envio de artigo sobre Controle Interno para a Revista do TCEMG.
1ª reunião do grupo de pesquisa sobre controle interno.
Reunião com a DTI para examinar a gestão do SIGECON.
Monitoramento do Marco de Medição do Desempenho - Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas do Brasil (MMD - QATC): Avaliação do levantamento das informações.
Verificação e manifestação acerca das informações lançadas no Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal – FISCAP relativas aos atos concessórios de aposentadoria dos servidores do Tribunal de Contas.
Análise Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2015.
Monitoramento do questionário sobre diagnóstico da situação dos controles internos municipais.
Acompanhamento da liquidação de contratos e recebimento de objetos, nos termos do art. 1º da Portaria nº 20/Pres./15, objetivando o controle e a redução da vulnerabilidade dos riscos inerentes à gestão do Tribunal.
Auditoria na Coordenadoria de Contratos: Avaliação dos controles internos - Elaboração de Relatório Preliminar.
Auditoria na Coordenadoria de Licitações: Avaliação dos Controles Internos - Elaboração de Relatório Preliminar.
Participação na reunião mensal do Grupo de Estudo para implantação do Sistema de Custos do TCEMG – TCSIC.
Análise de contratos do TCEMG.
Preenchimento do detalhamento de processos pertinentes à controladoria para o Escritório de Processos – Quali.
Verificação do cumprimento dos prazos de divulgação das informações disponibilizadas no “Portal Transparência” do TCEMG.
Apresentação no Programa de Capacitação Permanente de Gestores: Projeto Gestores em Ação.
Verificação e manifestação acerca das informações lançadas no Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal – FISCAP relativas aos atos concessórios de aposentadoria dos servidores do Tribunal de Contas.
Acompanhamento da liquidação de contratos e recebimento de objetos, nos termos do Art. 1º da Portaria nº 20/Pres./15, objetivando o controle, bem como reduzir a vulnerabilidade aos riscos inerentes à gestão do Tribunal.
Análise de Execução Orçamentária (processos de pagamentos).
Auditoria na Coordenadoria de Contratos: Avaliação dos Controles Internos – Conclusão de Relatório Preliminar e envio à Presidência.
Auditoria na Coordenadoria de Licitações: Avaliação dos Controles Internos – Conclusão de Relatório Preliminar e envio à Presidência.
Monitoramento das recomendações feitas pela Controladoria Interna em auditoria realizada na Coordenadoria de Compras (antiga Coordenadoria de Material).

TABELA 46 - Atividades Desenvolvidas - Controladoria Interna

(conclusão)

Atividades
Monitoramento das recomendações feitas pela Controladoria Interna em auditoria realizada na Coordenadoria de Transportes.
Participação na reunião mensal do Grupo de Estudo para implantação do Sistema de Custos do TCEMG – TCSIC.
Análise de contratos do TCEMG.
Verificação do cumprimento dos prazos de divulgação das informações disponibilizadas no “Portal Transparência” do TCEMG.

Fonte: Controladoria Interna.

10.2 Capacitação de Servidores

Os servidores da Controladoria Interna participaram do seguinte evento:

TABELA 47 - Participação em Eventos - Controladoria Interna

Eventos	Participantes
III Conferência de Controle Externo do TCEMG.	1 servidor
1º Encontro Regional – Zona da Mata.	1 servidor
2º Encontro Regional – Sul e Sudoeste de Minas.	1 servidor
3º Encontro Regional – Norte e Noroeste de Minas.	1 servidor
4º Encontro Regional – Jequitinhonha, Rio Doce e Mucuri.	1 servidor
Curso de Avaliação de Procedimento de Controle Interno.	2 servidores

Fonte: Controladoria Interna.

11 CONTROLE SOCIAL

11.1 Ouvidoria

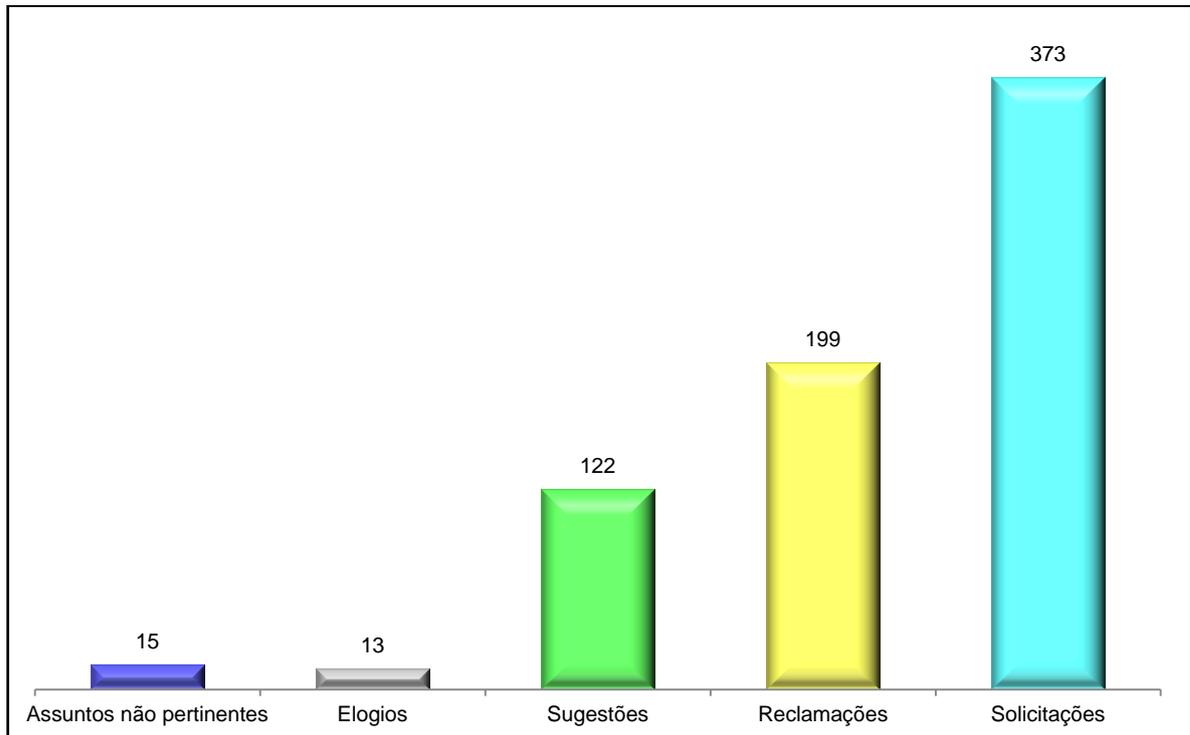
A Ouvidoria é um espaço de interlocução de uma instituição com a sociedade, destinado ao recebimento de manifestações quanto aos serviços e atendimentos prestados.

Nos termos do art. 45 do Regimento Interno, a Ouvidoria tem por finalidade contribuir para o aprimoramento da gestão das ações de controle do Tribunal, atuando na defesa da legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência dos atos administrativos praticados por agentes, servidores e administradores públicos, bem como os demais princípios aplicáveis à Administração Pública.

A Ouvidoria objetiva, ainda, receber sugestão de aprimoramento, crítica, reclamação ou informação a respeito de serviços prestados pelo Tribunal, conforme disposto no parágrafo único do citado artigo.

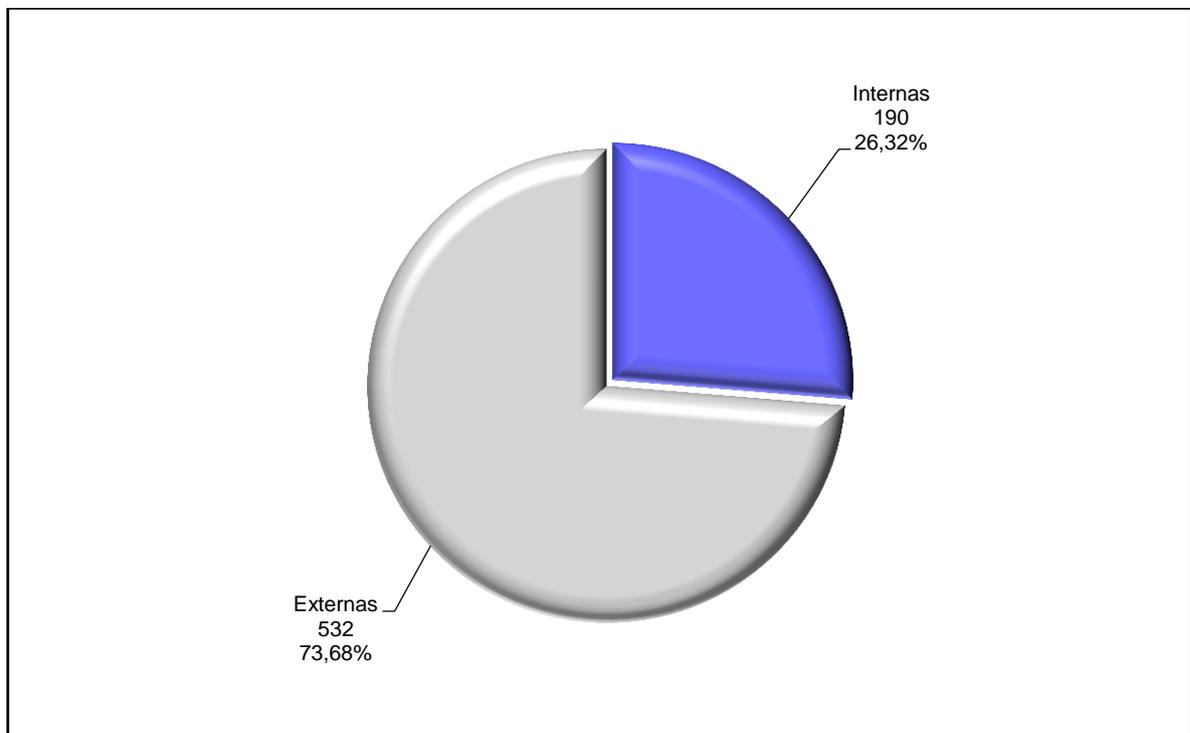
Nos Gráficos 8, 9, 10, 11, 12 e 13 e na Tabela 48 estão registradas as manifestações e demandas ocorridas no exercício de 2015:

GRÁFICO 8 - Manifestações Recebidas



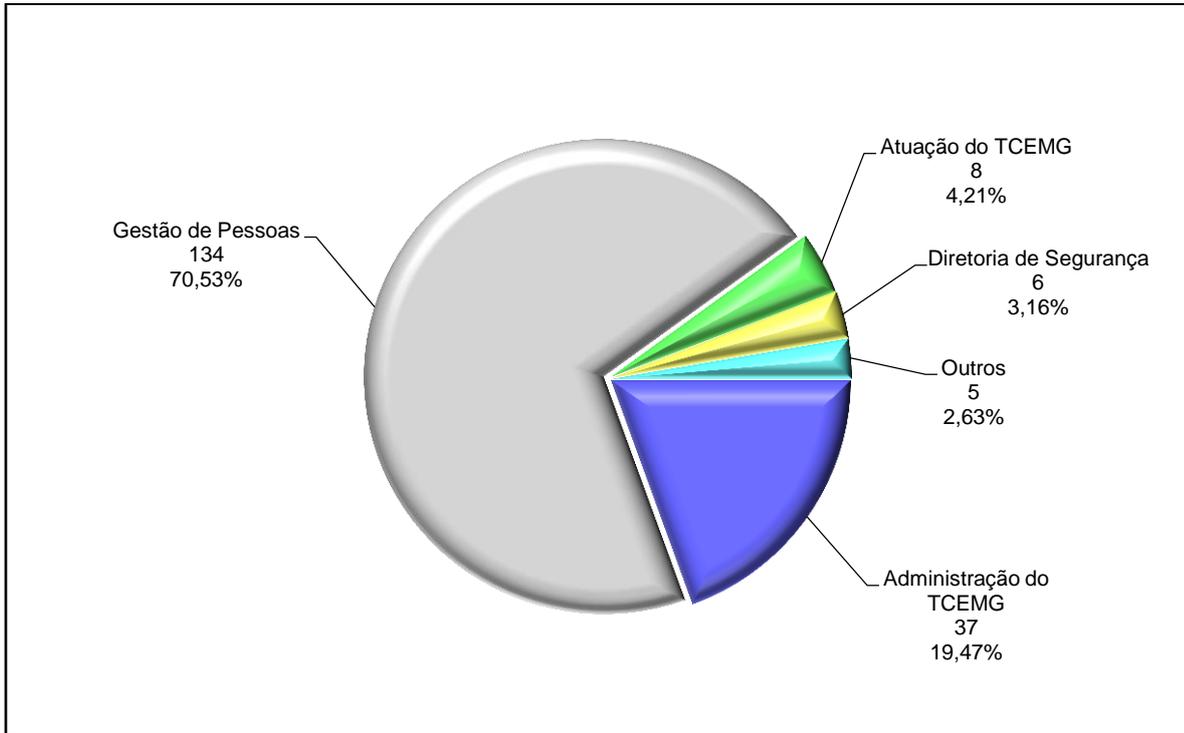
Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

GRÁFICO 9 - Origem das Demandas



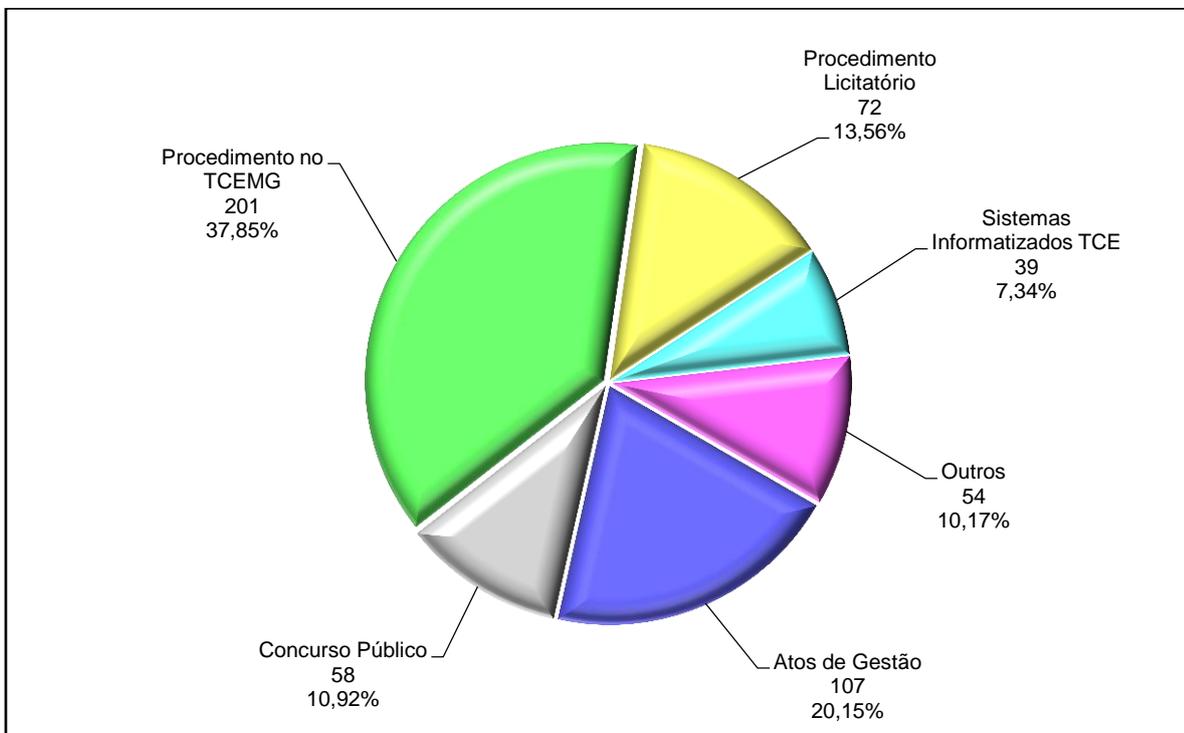
Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

GRÁFICO 10 - Assuntos Ouvidoria Interna



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

GRÁFICO 11 - Assuntos Ouvidoria Externa



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

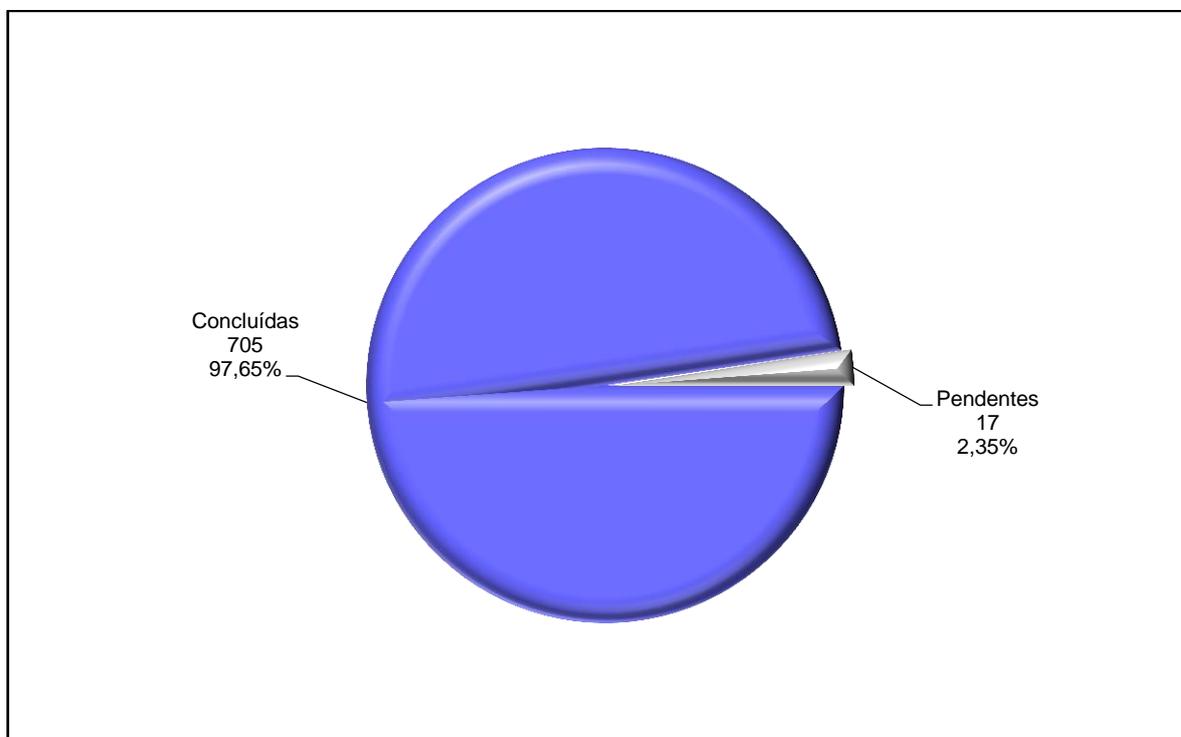
TABELA 48 - Demandas Encaminhadas

Unidades TC	Recebidas	Concluídas
Assessoria de Jurisprudência e Súmula	5	3
Coordenadoria de Biblioteca	1	1
Coordenadoria de Fiscalização de Editais de Concursos Públicos	2	2
Diretoria da Escola de Contas	6	6
Diretoria de Administração	34	32
Diretoria de Controle Externo dos Municípios	2	2
Diretoria de Engenharia e Perícia	8	6
Diretoria de Gestão de Pessoas	9	9
Diretoria de Segurança	9	7
Diretoria de Tecnologia da Informação	7	5
Diretoria Geral	10	8
Secretaria da Presidência	117	117
Ouvidoria (*)	394	394
Outros	24	17
Total	628	609

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

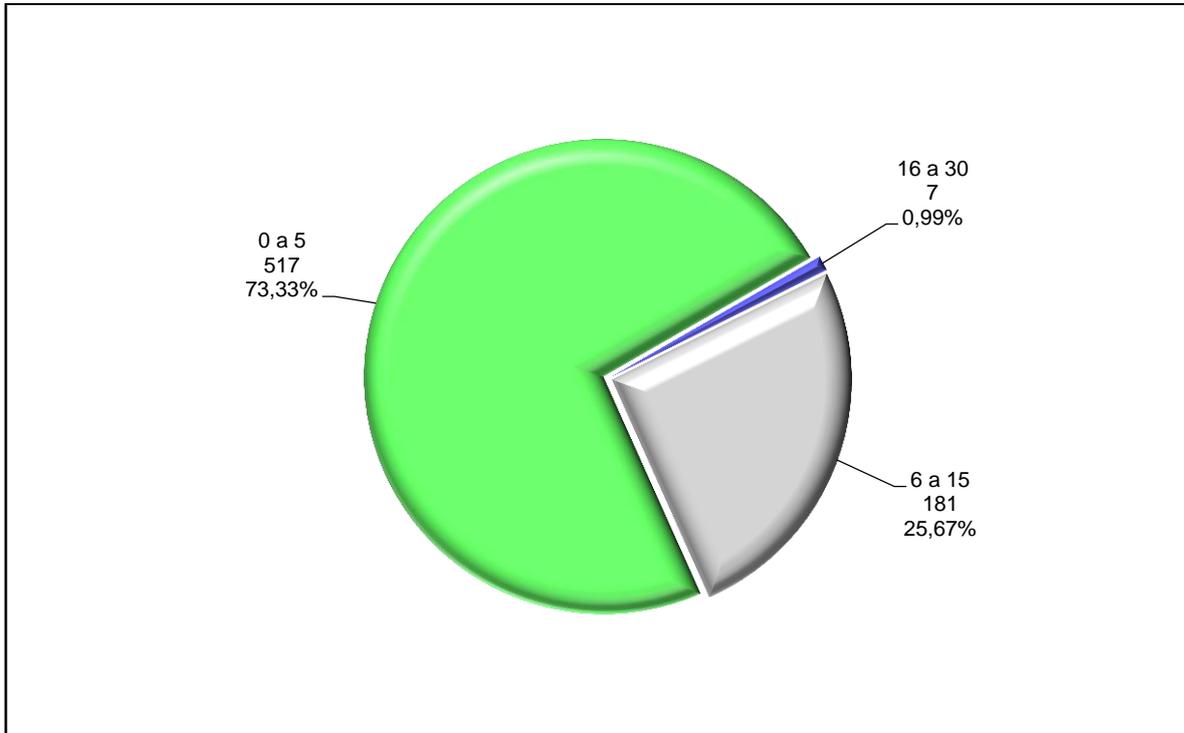
Nota: (*) Respostas da Ouvidoria sem encaminhamento prévio para outras unidades.

GRÁFICO 12 - Situação das Demandas



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

GRÁFICO 13 - Tempo Total de Resposta (em dias úteis)



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações contidas neste relatório registram as atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas no exercício de 2015. Essas informações, ao propiciar a avaliação das atividades e da produtividade de diferentes setores que integram a estrutura organizacional da Instituição, evidenciam o empenho institucional no aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.
